

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA (CRISP)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E
SEGURANÇA PÚBLICA**



**CONTEXTUALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM BELO
HORIZONTE**

Thiago França Rosa

**BELO HORIZONTE
2016**

Thiago França Rosa

**CONTEXTUALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM BELO
HORIZONTE**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Centro de Estudos de
Criminalidade e Segurança Pública da
Universidade Federal de Minas Gerais
(CRISP/UFMG).

Orientador: Prof. Dr. Frederico Couto
Marinho

BELO HORIZONTE

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas oportunidades. Aos nobres professores e colegas de curso. Aos meus pais por todo apoio incondicional e, especialmente, à Camila, por uma sempre estar ao meu lado a todo tempo.

RESUMO

Em meio as disparidades sociais brasileiras, há pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza em condições subumanas em uma luta cotidiana pela sobrevivência, entre elas estão as pessoas em situação de rua. Este trabalho teve como objetivo entender as causas que levam as pessoas a viverem em situação de rua e como os demais grupos sociais e o Estado se relacionam com estas pessoas. Os indivíduos que estão em situação de rua vivem sob o manto da invisibilidade social, ou seja, não são percebidos socialmente, o que implica em uma vida difícil sem a garantia e os exercícios de direitos fundamentais. Com base na Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua e no Censo de População de Rua e Migrantes de Belo Horizonte, este trabalho buscou contextualizar essa realidade vivenciadas nas ruas diariamente.

Palavras-chave: População em situação de rua - Invisibilidade Social – Preconceito - Censo - Belo Horizonte.

LISTA DE SIGLAS

BH - Belo Horizonte

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPS - centro de atenção psicossocial

CERSAM - Centro de Referência em Saúde Mental

CF - Constituição Federal

COPIS - Coordenação de População e Indicadores Sociais

CPF - Cadastro Pessoa Física

CRCA - Centro de Referência da Criança e do Adolescente

DPE - Diretoria de Pesquisas

DST - Doença Sexualmente Transmissível

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

IPC – Índice de Preços ao Consumidor

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome

MG - Minas Gerais

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

Nº - Número

P - Página

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PIB – Produto Interno Bruto

PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais

POP - Centro de Referência da População de Rua

PR - Paraná

PRODABEL - Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte

REDS - Registro de Evento de Defesa Social

RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento

RM - Região Metropolitana

SMAAS - Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social

SMAPL - Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento

TJMG -Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

UPA - Unidades de Pronto Atendimento

Sumário

RESUMO.....	3
LISTA DE SIGLAS.....	5
SUMÁRIO.....	6
1 INTRODUÇÃO	10
2 ASPECTOS HISTÓRICOS	13
2.1 A TRANSIÇÃO INGLESA	13
2.2 A TRANSIÇÃO BRASILEIRA DO RURAL PARA O URBANO.....	15
3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA - CARACTERIZAÇÃO	22
3.1 CONCEITO	23
3.2 FATORES MOTIVADORES	24
3.2.1 Uso de álcool e/ou drogas.....	24
3.2.2 Desemprego	27
3.2.3 Conflito Familiares.....	29
3.3 INVISIBILIDADE SOCIAL.....	31
3.3.1 Estigmatização e Preconceito	33
3.3.2 Pessoas em situação de rua e invisibilidade social	34
3.4 DINÂMICA SOCIAL E VIOLÊNCIA	36
3.5 VIOLÊNCIA	38
3.5.1 Violência Institucionalizada	38
3.5.2 Violência Contra a População em Situação de Rua	40
3.5.3 Envolvimento Criminal.....	41
4 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	43
4.1 SERVIÇOS E APARELHOS PÚBLICOS EM BELO HORIZONTE.....	47
4.2 POLÍTICA HIGIENISTA.....	50
5 ANÁLISE DOS DADOS NACIONAIS	54
5.1 RESULTADOS OBTIDOS.....	55
6 ANÁLISE DO CENSO DE BELO HORIZONTE 2013.....	58
6.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA	59

6.2	CARACTERÍSTICAS.....	60
6.3	ESCOLARIDADE	61
6.4	ORIGEM	61
6.5	INSTITUCIONALIZAÇÃO	63
6.6	MOTIVOS QUE LEVARAM ÀS RUAS	64
6.7	SOBREVIVÊNCIA DIÁRIA	65
6.7.1	Trabalho	65
6.8	VIOLÊNCIA E VITIMIZAÇÃO	66
6.9	INTERAÇÃO COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS	67
6.10	SAÚDE	68
7	CONCLUSÃO	71
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

LISTA DE TABELAS, MAPAS, FOTOGRAFIAS, GRÁFICOS, FIGURAS E QUADROS

Tabelas

Tabela 1 – Vilas e Cidades (Criadas).....	16
Tabela 2 – Região Metropolitana, população em 2010.....	20

Mapas

Mapa 1 – Distribuição da população em 2000.....	18
Mapa 2 – Densidade de povoamento.....	18
Mapa 3 – Áreas de consumo de Crack Belo Horizonte.....	27
Mapa 4 – Distribuição Geográfica da População em Situação de Rua em Belo Horizonte.....	66
Mapa 5 – Origem Geográfica da População em Situação de Rua por Regiões em Minas Gerais.....	68

Fotografias

Fotografia 1 – Complexo “Cracolância” Lagoinha.....	26
Fotografia 2 – Pedreira Prado Lopes - Uso de crack em frente ao Conjunto IAPI....	27

Gráficos

Gráfico 1 – PIB nos anos de 2010 a 2016.....	28
Gráfico 2 – Inflação IPCA de 2010 a 2016.....	28
Gráfico 3 – Taxa de desemprego entre 2010 e 2016.....	29
Gráfico 4 – Principais atividades das pessoas em situação de rua.....	34
Gráfico 5 – Crescimento População em Situação de Rua em Belo Horizonte.....	64
Gráfico 6 – População em Situação de Rua por Cor da Pele.....	66
Gráfico 7 – População em Situação de Rua por Orientação Sexual.....	67
Gráfico 8 – Passagens por instituições.....	69
Gráfico 9 – Motivação para viverem em situação de rua.....	70
Gráfico 10 – Formalidade trabalhista.....	71
Gráfico 11 – Trabalhos mais exercidos.....	72
Gráfico 12 – Atos de Violência mais Recorrentes.....	73
Gráfico 13 – Doenças Detectadas.....	74

Gráfico 14 – Doenças Mentais.....	75
Gráfico 15 – Drogas Ilícitas.....	75

Figuras

Figura 1 – Retroalimentação do Conflito Familiar.....	31
---	----

Quadros

Quadro 1– Relação população em situação de rua e elementos conceituais.....	38
---	----

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho será compreender os principais aspectos em torno da população em situação de rua, observando os fatores históricos que permeiam o problema, como o processo de urbanização, demonstrando como esse público vem sendo tratado ao longo do tempo.

Considerando os acontecimentos sociais que atingem esse público, como a violência real e simbólica, falta de higiene, saúde, vícios e exposição social, este trabalho buscou analisar esses aspectos com o intuito de verificar as reais causas do problema e as possíveis soluções. As pessoas em situação de rua passam, quase sempre, despercebidas à sociedade e ao próprio Estado, sofrendo, assim, com o fenômeno conhecido por “invisibilidade social”, que segundo Tomás (2008 p.3) é um fenômeno contemporâneo que promove a ideia da inexistência de uma pessoa ou sua insignificância, decorrente do desprezo social e da própria consciência coletiva em não enxergar o outro.

Diante da invisibilidade social, o alcance estatal, muitas vezes, só ocorre através dos aparatos policiais, as medidas existentes são insuficientes para a busca de soluções efetivas. A dificuldade encontrada na luta diária pela sobrevivência nas ruas é marcada por uma rotina de desproteção e medo em meio a um ambiente caótico e desorganizado, propício para a ocorrência criminal e disseminação da violência, conforme mostra a teoria da Escola de Chicago, conhecida como Teoria Ecológica do Crime.

A venda e o consumo de drogas, principalmente o crack, fazem parte da rotina da população em situação de rua, comumente encontra-se vários usuários consumindo essas substâncias nos grandes centros urbanos, regiões que ficaram conhecidas como “cracolândia”, como o caso da região da Lagoinha em Belo Horizonte. A droga serve de combustível para a potencialização da violência, uma vez que o vício também estimula a prática criminal, como crimes contra o patrimônio e violentas disputas que surgem entre as próprias pessoas em situação de rua, levando a agressões e atentados contra a vida.

A exposição e o abandono social são catalizadores que potencializam e estimulam as pessoas em situação de rua a serem vítimas da violência e, representa uma porta de entrada para o mundo do crime. Além disso, esse trabalho buscou a despertar a atenção para o problema da violência praticada em desfavor da população

em situação de rua, considerando os diversos casos noticiados de agressões e assassinatos.

O presente estudo buscará, também, mostrar o quantitativo populacional deste grupo, que vem crescendo paulatinamente, ano após ano.

O tema em voga ganha relevância quando visto sob o manto das garantias inerentes à pessoa humana, insculpidos na Constituição Federal de 1988, CF 88, deste modo cabe ao Estado a criação de mecanismos de promoção dos Direitos Humanos dessas pessoas. No entanto, para que isso ocorra é necessário conhecer a realidade destes grupos de pessoas em situação de rua e quais soluções são mais efetivas, tendo em vista que muito daquilo que é feito pelo Poder Público são medidas paliativas, como os albergues atualmente existentes, que não surtem um efeito substancial.

A cidade é uma construção coletiva, portanto compete aos vários atores sociais (Poder Público, empresas, sociedade civil, dentre outros) a organização do espaço para que a dinâmica das diversas relações sociais ocorra dentro do prospecto de harmonia e segurança. Atualmente, verifica-se um crescimento acentuado de pessoas em condição de rua em Belo Horizonte, conforme demonstra o terceiro censo realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte em 2014, portanto esta monografia busca entender as causas desse aumento, em detrimento a conjuntura dos fatos atuais. Ademais, essas pessoas sofrem com estereótipos e rótulos sociais estigmatizantes e desse ponto é notório o abandono ao qual essas pessoas se submetem.

Em muitos casos, a via de contato com o Poder Público ocorre tão somente através dos órgãos policiais, caracterizando a ausência de políticas públicas de acolhimento, apoio, solução de conflitos, encaminhamentos e intervenção nos casos de vulnerabilidade.

É de suma importância que exista uma abordagem preventiva ao problema, criando e direcionando políticas públicas que minimizem o grau de vulnerabilidade dessas pessoas, trabalhando no cerne da questão.

Portanto, esse trabalho buscará compreender a dinâmica social complexa da população em situação de rua, e o que leva a sociedade ignorar o problema das pessoas em situação de rua, colocando-as em uma situação de invisibilidade social.

Esse trabalho buscou despertar e sensibilizar o interesse da comunidade acadêmica, sociedade civil, bem como os profissionais da Segurança Pública, outros profissionais das diversas áreas que trabalham com pessoas em situação de rua com

intuito de maximizar e otimizar a atuação buscando soluções para o problema em questão.

Nesse estudo serão realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, através de livros, artigos, reportagens e levantamentos estatísticos. Serão realizados uma análise da Pesquisa Nacional Pesquisa Nacional de Rua de 2008 e os censos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em 1998, 2005 e 2013. O levantamento bibliográfico de livros, artigos e demais trabalhos possibilitando a adequação à Teoria Ecológica.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS

Primeiramente, insta salientar, para um melhor entendimento de todo processo que remetem à atualidade, uma análise da perspectiva histórica, principalmente sobre os fatos ocorridos na Inglaterra e que demonstram o adensamento populacional nos centros urbanos ocasionado pela Revolução Industrial e o processo de concentração capitalista. O Brasil, em sua história recente, com o processo industrial, passa por um processo semelhante através de transformação de uma sociedade tipicamente rural em uma sociedade urbana.

2.1 A Transição Inglesa

A Inglaterra possuía uma população tipicamente rural, ou seja, de trabalhadores dos campos, a maior parte destes trabalhadores viviam em feudos, em sistema de servidão nas terras dos senhores feudais. A servidão era caracterizada pelo fato das terras pertencerem ao senhor feudal. Para poderem fazer uso das terras os camponeses contraíam algumas obrigações em relação com o senhor feudal, como a disponibilização de mão de obra e produtos. Tipicamente, essa população dedicava-se às atividades de lavoura e pequeno pastoreio em porções de terras dentro do respectivo feudo. A servidão começa a declinar no fim do século XIV. No século XV, observa-se que a maior parte desta população era composta por camponeses livres, que cultivavam suas próprias terras. Havia também uma classe de camponeses operários, que prestavam serviços para proprietários maiores e recebiam salários e terras aráveis como retribuição pelos serviços prestados.

No entanto, uma revolução começa a ocorrer no fim do século XV, impulsionada pelo alto do preço da lã, aumentou-se a criação de ovelhas em grandes pastoreios, destituindo os pequenos proprietários das terras lavoráveis, conforme diz Karl Marx e Friedrich Engels:

O prelúdio do revolucionamento que criou a base do modo de produção capitalista desenrolou-se no último terço do século XV e nos primeiros decênios do século XVI. Foi lançada para o mercado de trabalho uma massa de proletários fora-da-lei pela dissolução dos séquitos feudais, os quais, como Sir James Steuart justamente observa, «por toda a parte inutilmente enchiam casa e castelo»[N64]. Embora o poder real, ele próprio um produto do desenvolvimento burguês, tivesse, na sua ânsia de soberania absoluta, acelerado violentamente a dissolução destes séquitos, não foi de modo nenhum a única causa daquela. Na mais arrogante oposição ao rei e ao

parlamento, também o grande senhor feudal criou um proletariado e desigualmente maior, ao expulsar violentamente o campesinato da terra, sobre que este tinha o mesmo título de direito feudal que ele próprio, e ao usurpar da sua terra comunal. O impulso imediato neste sentido foi dado em Inglaterra nomeadamente pelo florescimento da manufactura flamenga da lã e o correspondente aumento dos preços da lã. As grandes guerras feudais tinham devorado a velha nobreza feudal, e a nova era filha do seu tempo, sendo para ela o dinheiro o poder de todos os poderes. Transformação da terra arável em pastagem de carneiros tornou-se, portanto, a sua consigna. Harrison, na sua *Description of England. Prefixed to Holinshed's Chronicles* [Descrição de Inglaterra. Anteposta às Crônicas de Holinshed], descreve como a expropriação dos pequenos camponeses arruinou o campo. (ENGELS, MARX, 1867, p. 4 - 5).

Esse fenômeno marca a predominância da acumulação e a concentração de bens por parte de alguns poucos, que absorviam a mão de obra existente na produção manufatureira. No entanto, a capacidade de geração de vagas de trabalho era menor do que o número de expropriados que viviam do cultivo a terra, criando uma classe de pessoas desprovidas do mínimo existencial. Logo essas pessoas passaram a se dedicarem à atividades de mendicância, roubo, furto, vadiagem, conforme explica Marx e Engels:

Os expulsos por dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e por sacões da terra, este proletariado fora-da-lei não podia, possivelmente, ser absorvido pela manufactura nascente tão rapidamente quanto era posto no mundo. Por outro lado, estes [homens] subitamente catapultados para fora da sua órbita de vida habitual não se podiam adaptar tão subitamente à disciplina da nova situação. Transformaram-se massivamente em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, na maioria dos casos por constrangimento das circunstâncias. (ENGELS, MARX, 1867, p. 20).

Conforme narram Marx e Engels, essas pessoas não eram vistas com bons olhos pela sociedade e pelo Estado, (Marx, Engels, p. 20, 21) logo por toda Europa, um arcabouço jurídico foi desenvolvido no decorrer dos anos como forma de reprimir essas pessoas. Assim fica evidente que a transição abrupta do sistema anteposto para aquela nova realidade gerou uma situação que muitos não tiveram escolhas, a não ser adequarem-se a nova realidade, pois o mercado de trabalho era marcado pelo desequilíbrio entre a mão de obra disponível e capacidade de absorção desta mão de obra. Porém a situação fática é caracterizada pela repressão como forma de diluir o problema. Havia sanções que variavam de castigos físicos ao trabalho escravo.

A transição do processo manufatureiro por meios artesanais para a produção feita através de máquinas concentradas em campos industriais revolucionando a organização coletiva e o modo como as pessoas se organizavam na época. Ocorre

um intenso processo de migração dos campos para as cidades. Porém as cidades não estavam preparadas para receberem a massa de pessoas que vinham à procura de trabalho. As condições eram precárias, em termos de habitação e saneamento. O adensamento populacional ocasionou um aumento considerável dos chamados lacaios, mendigos, pedintes e vagabundos, que como dito anteriormente, foram violentamente reprimidos com o argumento de garantia da ordem e do sistema de trabalho:

Assim, o povo do campo, expropriado à força da terra, expulso e feito vagabundo, foi chicoteado, marcado a fogo e torturado por leis grotesco-terroristas, [com vista] à disciplina necessária ao sistema do trabalho assalariado. (Engels, Marx, 1867, p. 21).

Muito embora as figuras acima descritas que, em termos contemporâneos caracterizam pessoas em situação de rua, tenham surgido por fatores resultantes da dinâmica social, a sociedade as enxergavam como causa dos problemas e não como resultado, do produto da nova ordem estabelecida.

2.2 A transição brasileira do rural para o urbano

A urbanização é caracterizada pela transição de aspectos considerados rurais para urbanos, um país pode ser considerado urbano quando a maior parte de sua população deixa de ser rural e passa a ser urbana.

A urbanização brasileira é considerada recente, marcada pelos movimentos migratórios, porém este processo ocorre de forma gradativa desde o início da colonização do território brasileiro. O processo embrionário de urbanização brasileiro ocorreu de forma gradativa, sendo o século XVI um marco para este processo. As ocupações urbanas deste período foram marcadas pela colonização portuguesa e ocorreram principalmente nas faixas litorâneas. Em geral, o processo de urbanização brasileiro é marcado pelo não planejamento, pela ocupação espontânea influenciada por fatores econômicos existentes à época, como extração de pau-brasil, a produção de cana de açúcar e as atividades portuárias.

Um marco importante deste período, que dita o ritmo de urbanização, é a criação de cidades, como a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, Professor Marquito (2014). Além disso, destaca-se em um segundo momento a atividade minerária, que segundo os historiadores, não marca um processo de urbanização, mas um surto de urbanização ditada pelo ciclo minerário, Professor

Marquito (2014), responsável por desencadear núcleos urbanos, porém não traz consigo a característica migratória que marca a urbanização.

Entre o século XVI e meados do século XX, as cidades urbanas eram caracterizadas por serem simplesmente polos de administração e, portanto, não tinham um poder de atração tão grande, quanto o processo de industrialização possui. Porém, a concentração da riqueza produzida nos campos começa a fluir para as cidades: “*A casa da cidade se torna mais importante que a sede rural*”, Professor Marquito (2014). Abaixo observa-se a criação de vilas e cidades ao longo dos tempos.

Tabela 1 - Vilas e Cidades (Criadas)

	Século XVI	Século XVII	Século XVIII Até 1720
Rio Grande do Norte	1		
Paraíba	1		
Pernambuco	2	1	1
Sergipe	1	2	
Bahia	4	5	1
Espirito Santo	2	1	
Rio de Janeiro (e Guanabara)	1	6	
São Paulo	6	10	1
Pará		4	
Maranhão		2	1
Alagoas		3	
Paraná		2	
Santa Catarina		1	1
Piauí			1
Ceará			1
Minas Gerais			8

Fonte: Filho, 1968, p. 84-88 *apud* Santos 1993

A década de 40 marca o início do processo de transição, já na década de 50 o êxodo rural se intensifica de fato, porém não é marcado somente pela industrialização

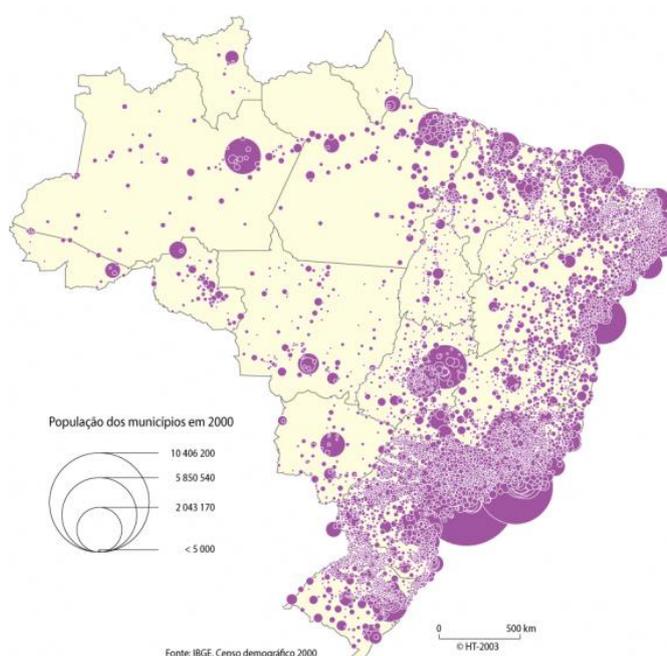
dos centros urbanos, que por sua vez tem papel fundamental neste processo, no entanto, alguns fatores são de extrema relevância para o êxodo, que são a modernização das técnicas agrárias, Professor Marquito (), as péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais e a concentração fundiária, fazendo que as pessoas migrassem em massa para os centros urbanos. Portanto, essas duas décadas representam um marco no processo de urbanização brasileiro.

Este período marca a criação da indústria de base nacional, além de polos industriais. A década de 50 caracteriza a abertura do mercado brasileiro à multinacionais, motivada pela política desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek (Plano de Metas), que tinham como slogan “50 anos em 5”. Logo, esse período, de fato, marca a transição do Brasil de um país rural para urbano.

Apesar do incentivo estatal com Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek para o processo de industrialização e conseqüente urbanização, esse processo, como já foi dito, foi marcado pela espontaneidade e a falta de planejamento, o que gera até os dias atuais uma gama de problemas sociais diversos. Basicamente, como no século XVI, essa população urbana pós década de 40 concentra-se também nas regiões mais próximas as faixas litorâneas. Características que até hoje marcam o Brasil em linhas gerais, conforme dados do IBGE:

Mapa 1 – Distribuição da população em 2000

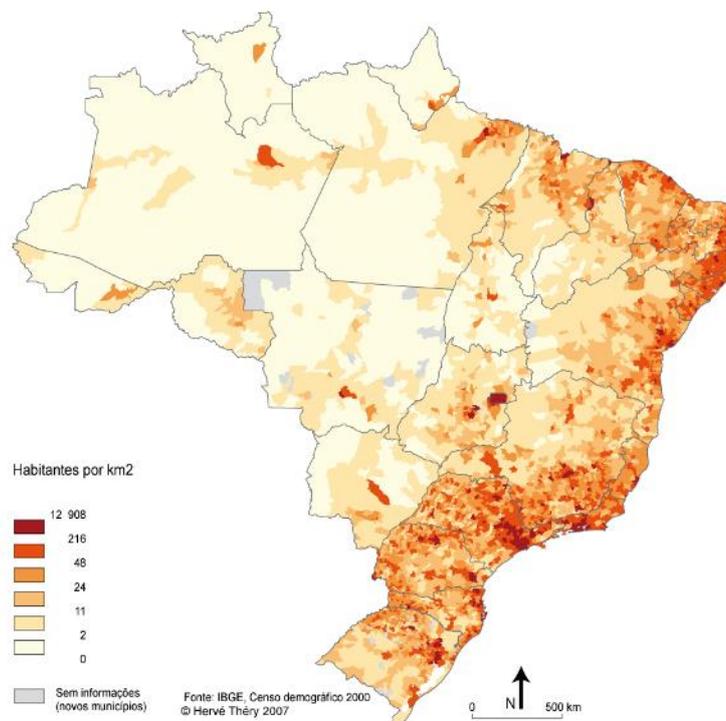
Distribuição da população em 2000



Fonte: IBGE, 2000

Mapa 2 – Densidade de povoamento

Densidade de povoamento



Fonte: IBGE, 2000

Notoriamente, essa tendência se manteve ao longo dos anos, apesar do desenvolvimento das outras regiões do país e um processo de ocupação do centro-oeste e norte. Esse processo trouxe uma série de consequências sociais, como a ocupação desordenada do solo, além da elaboração de políticas públicas voltadas para receber essa população recém-chegada em buscas de melhores condições de vida e que muitas vezes se estabeleciam em situações piores que as rurais, em moradias improvisadas ou na vivência das ruas. Problemas que até hoje caracterizam os centros urbanos brasileiros, Professor Marquito (2014).

Um fator a ser destacado era o tratamento dispensado às pessoas em situação de rua, que, ao exemplo da Inglaterra, eram vistas como um problema, que tinham como causa o próprio indivíduo. O Código Penal brasileiro de 1890 trazia a mendicância e a vadiagem como crimes:

Art. 391. Mendigar, tendo saúde e aptidão para trabalhar:
Pena – de prisão celular por oito a trinta dias.

Art. 392. Mendigar, sendo inhabil para trabalhar, nos lugares onde existem hospícios e asylós para mendigos:
Pena – de prisão celular por cinco a quinze dias.

Art. 393. Mendigar fingindo enfermidades, simulando motivo para armar á commiseração, ou usando de modo ameaçador e vexatorio:
Pena – de prisão cellular por um a dous mezes.

Art. 394. Mendigar aos bandos, ou em ajuntamento, não sendo pae ou mãe e seus filhos impuberes, marido e mulher, cego ou aleijado e seu conductor:
Pena – de prisão cellular por um a tres mezes.

Art. 395. Permittir que uma pessoa menor de 14 annos sujeita a seu poder, ou confiada á sua guarda e vigilancia, ande a mendigar, tire ou não lucro para si ou para outrem:
Pena – de prisão cellular por um a tres mezes

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:
Pena – de prisão cellular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

A legislação criada no início da década de 40 (Decreto Lei 3.688, de 1941 - Lei das Contravenções Penais) descaracteriza essas duas das condições de crimes, porém as trata como contravenções penais.

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante occupação ilícita:

Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses.

Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses.

Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.

Art. 60. Mendigar, por ociosidade ou cupidez:

Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de um sexto a um terço, se a contravenção é praticada:

- a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento.
- b) mediante simulação de moléstia ou deformidade;
- c) em companhia de alienado ou de menor de dezoito anos.

Esses dois artigos estiveram em vigência até recentemente e só foram revogados em 2009 e 2012, respectivamente.

Ademais, destaca-se que as únicas capitais brasileiras que foram planejadas são: Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Palmas e Boa Vista. Apesar desses centros terem sido planejados, tomando o exemplo do caso de Belo Horizonte (planejada dentro dos limites da Avenida do Contorno), houve um grande crescimento e consequente occupação desordenada na periferia da cidade, além do exponencial

crescimento das cidades vizinhas que formam a RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte).

No ano de 2006, o Brasil tornou-se de fato um país urbano, com a maior parte de sua população vivendo nas cidades, principalmente nas capitais e suas respectivas regiões metropolitanas:

Tabela 2 - Região Metropolitana, população em 2010

Posição	Grande concentração urbana	População (2016)	% População Total
1	RM DE SÃO PAULO	20.935.204	10,32%
2	RM DO RIO DE JANEIRO	12.116.616	5,98%
3	RM DE BELO HORIZONTE	5.783.773	2,85%
4	RM DE PORTO ALEGRE	4.181.836	2,06%
5	DISTRITO FEDERAL E ENTORNO	4.118.154	2,03%
6	RM DE SALVADOR	3.919.864	1,93%
7	RM DE RECIFE	3.887.261	1,92%
8	RM DE FORTALEZA	3.818.380	1,88%
9	RM DE CURITIBA	3.466.981	1,71%
10	RM DE CAMPINAS	3.043.217	1,50%
11	LE DO PARAÍBA E LITORAL N	2.430.392	1,20%
9	RM DE GOIÂNIA	2.384.560	1,18%
13	RM DE BELÉM	2.381.661	1,17%
14	RM DE MANAUS	2.360.491	1,16%
15	RM DA GRANDE VITÓRIA	1.884.096	0,93%
16	RM DA BAIXADA SANTISTA	1.781.620	0,88%
17	RM DE NATAL	1.485.505	0,73%
18	RM DA GRANDE SÃO LUÍS	1.403.111	0,69%
19	MERAÇÃO URBANA DE PIRACI	1.400.113	0,69%
20	O NORTE/NORDESTE CATARINE	1.324.173	0,65%
21	RM DE MACEIÓ	1.293.473	0,64%
22	RM DE JOÃO PESSOA	1.238.914	0,61%

23	RIDE DA GRANDE TERESINA	1.189.260	0,59%
24	RM DE FLORIANÓPOLIS	1.111.702	0,55%
25	RM DO VALE DO RIO CUIABÁ	982.258	0,48%
26	TOTAL 25 MAIORES RM	89.922.615	44,35%
	TOTAL BRASIL	202.768.562	100,00%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas - DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS Onde: RM = Região Metropolitana e RIDE = Região Integrada de Desenvolvimento

Segundo dados do Censo Nacional realizado pelo IBGE em 2014, o Brasil possuía mais de 202 milhões de habitantes, em 2016 a projeção é que o Brasil tenha mais de 206 milhões de habitantes. O Brasil possui oficialmente 70 regiões metropolitanas, acima encontram-se listadas as 25 maiores, sendo que somente essas regiões representam 42,9% de toda população brasileira, o que deixa claro que o Brasil é de fato um país tipicamente urbano.

Dentro dessa realidade, o país enfrenta sérios problemas sociais típicos dessa urbanização, dentre os quais, destaca-se o cerne desta obra, o problema as pessoas em situação de rua que será objeto de análise nos próximos capítulos:

O que está por trás da migração é a estrutura social e a rede de sociabilidade que esse indivíduo tem, inclusive econômica". (...) quando um indivíduo pobre migra, fica desguarnecido dessas garantias. "O morador de rua não chega naquela condição da noite para o dia, existe uma longa trajetória familiar, perda de pais, problemas econômicos e de escolaridade. Quando migra, perde parte da pequena rede de solidariedade que tinha". (RODRIGUES, 2015).

Um dos problemas gerados por este processo é a perda de referências, o que pode levar o indivíduo a uma série de problemas, que influenciam diretamente na sua permanência na condição de rua.

3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA - CARACTERIZAÇÃO

A urbanização foi diretamente responsável pela dinâmica social das grandes cidades com a configuração que hoje predomina. Logo, vários problemas sociais emergiram no bojo deste cenário, como a violência e os relacionados à falta de moradia, saúde, assistência social, emprego, educação, lazer, cultura, entre outros. A referência destes temas como problemas ocorre pois eles representam grandes desafios para o Estado e para a sociedade brasileira.

A industrialização nacional fez crescer uma onda de migração de pessoas oriundas de várias regiões brasileiras principalmente para o sudeste, onde se encontram as três maiores regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte). Essa população migrante buscava oportunidades de emprego e melhoria nas condições de vida, no entanto muitos ficaram excluídos da dinâmica social urbana, habitando ocupações precárias e, em alguns casos, tendo as ruas como abrigo:

A não incorporação, pela produção capitalista, da força de trabalho disponível na sociedade gerou uma massa de trabalhadores, um excedente das classes subalternizadas, pessoas que migraram das zonas rurais, pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional. Jogada à margem do desenvolvimento e do acesso a bens e serviços, uma parcela significativa dessa população passou a buscar as ruas das cidades como sua única forma de sobrevivência. (Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. 2011, p. 14)

A crise econômica pela qual o Brasil passou na década de 80 aumentou o número de desempregados, fato que agravou o quadro e milhares dessas pessoas oriundas dos campos que não tiveram opção, a não ser a luta diária pela sobrevivência e a busca do mínimo existencial, encontrado nas ruas. Conforme o MDS, este grupo é heterogêneo constituído por pessoas de vários tipos:

Assim, o agravamento da questão social contribuiu para que esse contingente fizesse das ruas seu espaço de moradia e/ou sobrevivência e houvesse um aumento da população em situação de rua nos grandes centros urbanos, incluindo-se aí crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias. (Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. 2011, p.14)

Essas pessoas carregam consigo a mácula da invisibilidade social, ou seja, geralmente não são vistas pela sociedade e pelo Poder Público e quando são vistos,

são tidos como problemas e as soluções apontadas são simplesmente com intuito de afastar essas pessoas dos olhos da sociedade. Apesar de ser um problema recorrente no Brasil, há poucos estudos sobre o assunto e ainda falta a padronização de critérios para estimativa e mensuração da população em situação de rua, conforme afirma Ferreira.

Para o entendimento do fenômeno estudado é preciso conceituá-lo e entender as causas que motivam as pessoas a adotarem as ruas como moradia.

3.1 Conceito

"Não sou morador de rua, estou em situação de rua", esta frase é atribuída a uma pessoa identificada apenas como Ribamar, que migrou para São Paulo em busca de oportunidades e acabou em situação de rua, conforme reportagem publicada pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos em 2013. Essa frase mostra o sentimento de uma pessoa em situação de rua, pois não sentem as ruas como lar, mas uma situação provisória e passageira a qual se encontram por um infortúnio que os levaram a situação de rua.

Segundo o Decreto 7.053, de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências, são consideradas pessoas em situação de rua:

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, Decreto nº 7,053, 2009).

Esse grupo possui como característica comum a não instalação fixa e buscam abrigos em lugares como marquises, viadutos, pontes, e abrigos públicos temporários. A maioria não possui vínculo empregatício formal e sobrevivem da prestação de pequenos serviços, comércio ambulante, pedintes e principalmente serviços ligados à coleta de materiais recicláveis, conforme explicitado pela Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, publicada em 2009, realizada sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome.

Ainda, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social população em situação de rua pode ser caracterizada como:

Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL *apud* FERREIRA, 2008, *slide* 8).

3.2 Fatores Motivadores

As causas que levam uma pessoa a viver em situação de rua são muitas e possuem muitas variáveis. O fato é que a situação de rua, muitas vezes, torna-se um caminho sem volta e com o passar do tempo, devido as dificuldades que essas pessoas enfrentam diariamente, há um desgaste psicossocial muito grande, o que dificulta a retomada da direção de suas vidas, tornando-os mero passageiros, sem escolha de qual caminho tomar.

Os fatores motivadores, como dito anteriormente, variam. Abaixo serão expostos alguns dos principais fatores, o que auxiliará na busca do entendimento daquilo que leva uma pessoa a viver nas ruas. Segundo Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, publicada em 2009, realizada sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, são três causas as mais citadas pelos entrevistados que os motivaram à situação de rua: o uso de álcool e/ou outras drogas (35%), desemprego (29,8%) e conflito familiares (29,1%). Segundo a pesquisa, 70% dos entrevistados citaram ao menos um dos fatores acima, mas que em alguns casos os fatores combinam-se entre si.

3.2.1 Uso de álcool e/ou drogas

Muitas pessoas que se encontram em situação de rua têm como causa o uso de drogas. Por não conseguirem mais ter controle sobre o vício, muitos rompem com todos seus laços sociais e afetivos para viverem nas ruas com o intuito de sustentar o vício. Trata-se de um problema social da maior gravidade e de difícil enfrentamento, seja pelo Poder Público, família ou órgãos não-governamentais. A condição psicofisiológica na qual essas pessoas se encontram torna a abordagem mais complicada e ainda mais difícil é a possibilidade de tratamento e reabilitação.

O fato de estarem vivendo nas ruas funciona como um catalisador do problema, pois nas ruas estão sujeitos a todos os tipos de vulnerabilidades, como a saúde, violência e oferta em abundância de álcool barato e drogas, principalmente o crack, que é a droga mais consumida entre esses dependentes.

Muitos utilizam dessas substâncias como forma de fugir da realidade, enfrentar a fome e o frio. Além do mais, em algumas situações, alguns se envolvem com a criminalidade, cometendo crimes com o intuito de sustentar o vício.

Recentemente, têm sido recorrentes as reportagens de televisão que mostram alguns pontos conhecidos como “cracolândia”, nos quais várias pessoas são vistas fazendo uso de crack. O mais conhecido reduto de concentração de usuários de crack de Belo Horizonte situa-se na região da Lagoinha e Pedreira Prado Lopes.

Fotografia 1 - Complexo “Cracolândia” Lagoinha



Fonte: Band Notícias UOL: Gustavo Andrade / Metro BH, 2012.

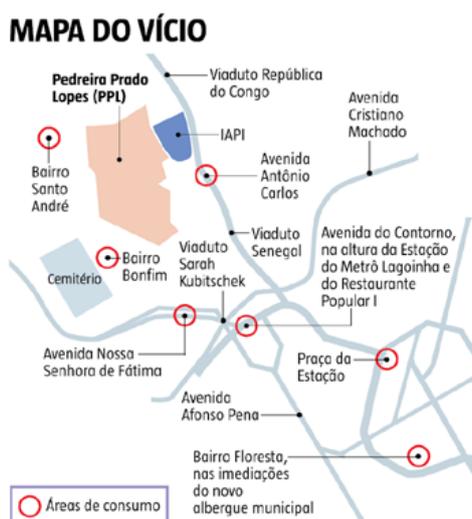
Fotografia 2 - Pedreira Prado Lopes - Uso de crack em frente ao Conjunto IAPI



Fonte: Jornal o Tempo, 2015

O mapa publicado no blog “Suvaco de cobra Hip Hop”, mostra os principais pontos utilizados o consumo de crack em Belo Horizonte. Observa-se que os pontos variam entre o hipercentro, Lagoinha e Floresta, áreas onde comumente encontram pessoas em situação de rua, o que denota o fato de estarem nas ruas e o uso de drogas, no caso o crack.

Mapa 3 - Áreas de consumo de Crack Belo Horizonte

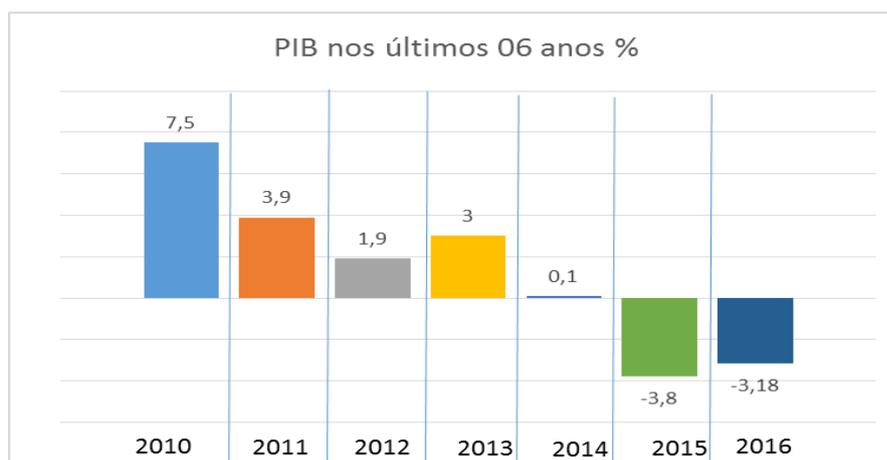


Fonte: Suvaco de Cobra - Sandra Kiefer e Valquíria Lopes, 2012

3.2.2 Desemprego

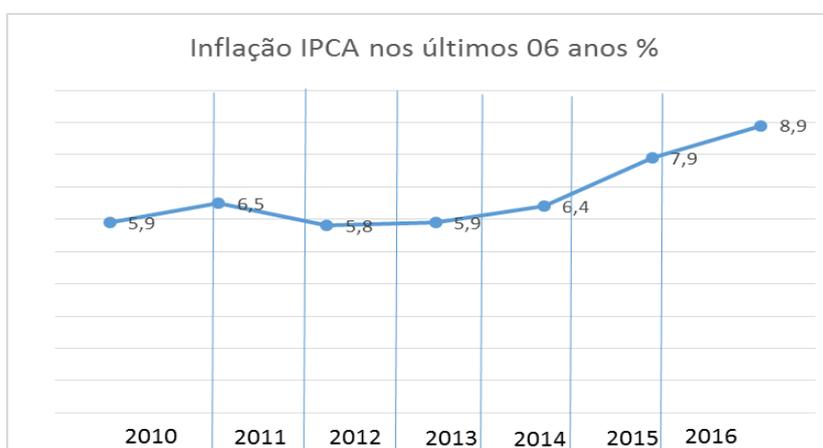
O Brasil enfrenta uma grave crise econômica, desencadeada pela desaceleração da economia, o que gerou uma retração da economia, uma queda significativa do PIB (Produto Interno Bruto), que representa a soma de toda a riqueza produzida pelo país, de -3,5% no ano de 2015, ou seja, o país entrou oficialmente em recessão, conforme dados do Banco Central, e no ano de 2016 o FMI (Fundo Monetário Internacional) projetou um PIB de -3,18%. Concomitante com este cenário, a inflação acumulada, conforme o IPC (Índice de Preço ao Consumidor), chega a 8,97%, estourando o centro da meta de 4,5%:

Gráfico 1 – PIB nos anos de 2010 a 2016



Fonte: Banco Central do Brasil, 2016.

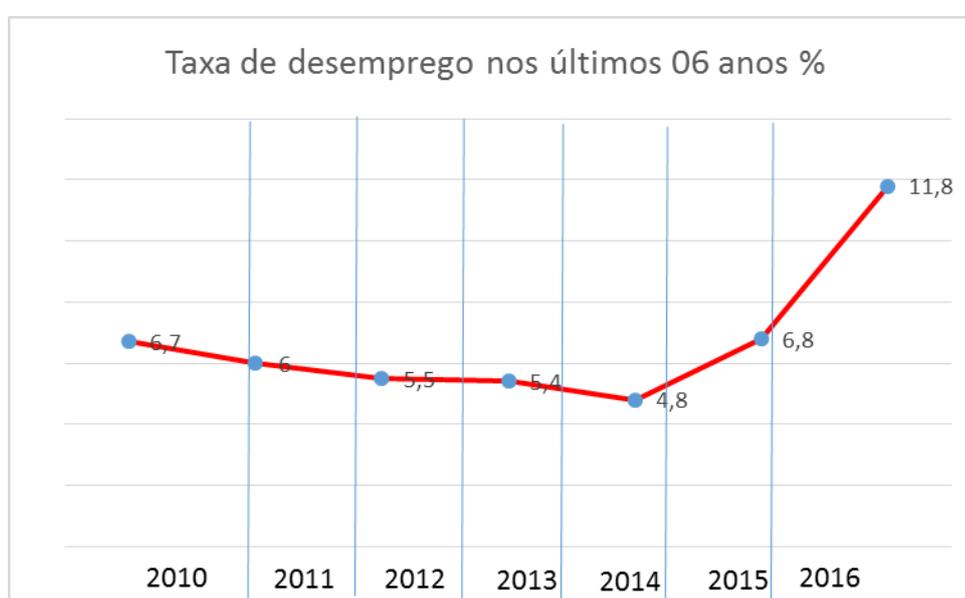
Gráfico 2 – Inflação IPCA de 2010 a 2016



Fonte: Banco Central do Brasil, 2016.

Esse cenário econômico reflete diretamente na geração de empregos, com a recessão que o Brasil passa atualmente, no período acumulado de 12 meses de julho de 2015 até julho de 2016, foram fechados 1.706.459 postos de trabalho formal, conforme informa o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Segundo levantamento do IBGE, o Brasil chegou ao número de aproximadamente 12 milhões de desempregados, chegando a 11,8% em agosto de 2016, o que representa quase o dobro de desempregados comparado ao de 2010:

Gráfico 3 – Taxa de desemprego entre 2010 e 2016



Fonte: IBGE, 2016.

Certamente esses números afetam diretamente a população em situação de rua, considerando que quase 30% se encontram neste quadro devido ao desemprego. Portanto a tendência é de crescimento do número de pessoas em situação de rua, devido a fatores de recessão econômica e aumento do desemprego.

Aliado a esses fatores ocorre, também, a diminuição da arrecadação em todas as esferas de governo e o aumento da dívida dos entes estatais, fato que restringe o investimento e o fomento de políticas públicas voltadas para a geração de empregos, e conseqüentemente políticas públicas voltadas para a população em situação de rua.

3.2.3 Conflito Familiares

A família é a primeira instituição socializadora, é no seio familiar que o indivíduo começa a praticar a vida em sociedade. O aprendizado familiar passa por valores, regras e costumes fundamentais na convivência social, portanto a família é a primeira referência que a pessoa recebe. Devido à sua importância para o desenvolvimento da sociedade o Estado garante uma proteção especial a entidade familiar, conforme preconizado no artigo 226, da Constituição da República de 1988: “*Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado*”. Devido à importância da instituição família, o legislador constituinte disse que a família é a base da sociedade, reconhecendo, portanto, a família como sustentáculo da sociedade almejada pela sociedade brasileira.

A família é o menor círculo social do indivíduo, o espaço mais íntimo para o exercício da sociabilidade, um espaço de integração social, conforme explica Rodrigues:

[...] a família é espaço de integração social, afastando uma compreensão egoísta e individualista das entidades familiares, para se tornar um ambiente seguro para a boa convivência e dignidade de seus membros. (RODRIGUES, 2009, p. 2).

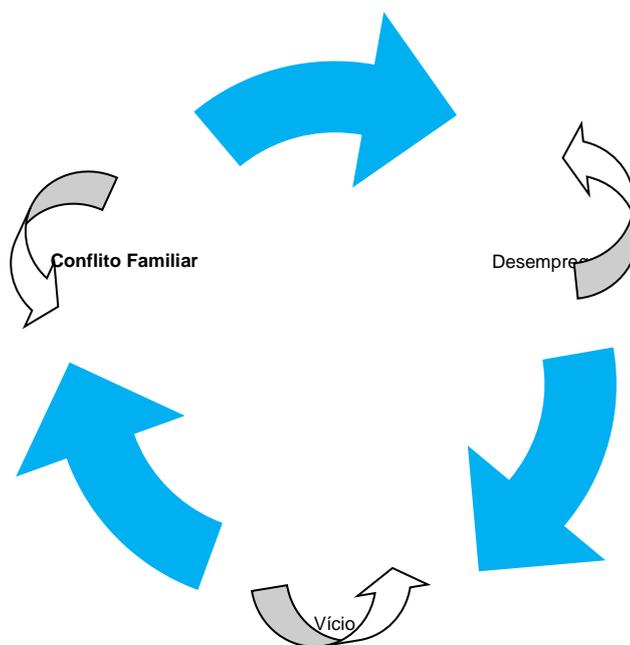
Atualmente, a família ganhou novos contornos e concepções, não é mais o modelo tradicional patriarcal; a modelagem varia de acordo com cada situação, melhor se amoldando ao estilo de vida contemporâneo. Independentemente da formação do núcleo familiar, tanto a sociedade, quanto o Estado devem garantir apoio às famílias de modo a avaliar esses pilares sociais e o conseqüente exercício socializador:

[...] existem vários tipos de formação familiar coexistindo em nossa sociedade, tendo cada uma delas suas características e não mais seguindo padrões antigos, nos dias atuais existem famílias de pais separados, chefiadas por mulheres, chefiadas por homens sem a companheira, a extensa, a homossexual, e ainda a nuclear que seria a formação familiar do início dos tempos formada de pai, mãe e filhos, mas não seguindo os padrões antiquados de antigamente. (Carvalho, 2008, p. 1)

No entanto, os conflitos familiares são problemas que atingem várias famílias, independentemente de classe social. Esses problemas familiares podem causar problemas sociais, uma vez que a família tem um papel fundamental no processo de socialização. A desestruturação familiar afeta principalmente os indivíduos em

formação, crianças e adolescentes. O comportamento vivenciado no núcleo familiar, muitas vezes, é repetido em sociedade. Os conflitos familiares podem surgir por motivos diversos, como falta de orientação dos pais ou responsáveis, falta de diálogo, violência doméstica, entre outros. No caso dos adolescentes, por exemplo, pode ocorrer uma prática não desejada como forma de desafiar a autoridade que lhe foi imposta, desencadeando problemas com abuso de álcool e/ou outras drogas ilícitas. Uma possível causa de conflito familiar pode ser a situação econômica da família, fatores como dívidas e desemprego podem gerar conflitos familiares e os tais conflitos podem levar o indivíduo ao uso imoderado de álcool e ou outras drogas, tornando-se um ciclo vicioso, um sistema de retroalimentação:

Figura 1 – Retroalimentação do Ciclo de Problema



Fonte: Confeccionado pelo autor

Esses fatores podem possuir interdependência entre si e podem se manifestar isoladamente ou em conjunto. Conforme observado, essas são as três principais causas que levam uma pessoa à situação de rua. Esses fatores fragilizam os vínculos familiares e, portanto, as referências e a transmissão de valores sociais, comprometendo a vida em sociedade. A ausência dos mecanismos de controle social informais, como a família, pode gerar um descontrole e conseqüentemente o envolvimento com a criminalidade.

Logo, a abordagem ao problema das populações em situação de rua tem que ser feita pelo campo multidisciplinar devido aos múltiplos fatores intervenientes que levam a essa situação.

3.3 Invisibilidade Social

O cotidiano nos grandes centros urbanos segue com os diversos atores sociais desempenhando seus papéis. O compromisso do dia a dia faz com que as pessoas tenham a sua rotina controlada pelo tempo, portanto, entre as idas e vindas não sobra tempo (ou vontade) de prestar atenção em outros detalhes da realidade. As engrenagens das grandes metrópoles impulsionam as rotinas sociais, são tantos os envolvidos, que muitos se tornam invisíveis aos olhos alheios, talvez por realizarem tarefas simples e, logo, não carregam consigo um *status* social. Outros excluídos do sistema, vivem às margens da sociedade e, portanto, são tidos como “peças” dispensáveis à mecânica social. Assim, não são vistos e nem lembrados, excluídos das benesses e daquilo que a sociedade produz de bom para si, restando aos invisíveis as migalhas deixadas pela sociedade. Muitos passam por eles diariamente, mas simplesmente os ignoram ou não os vê.

A tecnologia atual contribui para o aumento dos socialmente invisíveis, as pessoas se voltam para seus celulares, *smartphones*, *notebooks* e similares, conectam-se à grande rede mundial de computadores, ligam-se a pessoas do outro lado do mundo, mas se desconectam da realidade e das pessoas ao seu redor, não reparando naquilo que acontece ao vivo e em cores. Quem são os invisíveis socialmente no contexto dos centros urbanos? São faxineiros, garis, porteiros guardadores de carros, ambulantes, catadores de papel, engraxates, pessoas em situação de rua, enfim, pessoas que desempenham papéis sociais simples, e também aquela parcela de pessoas em situação de rua. Via de regra são pessoas com baixo poder de consumo ou excluídas do mercado de consumo:

[...] No intervalo entre as aulas no Instituto de Psicologia, foi preciso que eu passasse por dentro do prédio daquela faculdade. Imaginei, então, que vestindo aquele uniforme ali incomum – calça, camisa e boné vermelhos – fosse chamar a atenção de toda a gente: colegas de classe, professores curiosos. [...] Não fui reconhecido. E as pessoas pelas quais passávamos não reagiam à nossa presença. Talvez apenas uma ou outra tenha se desviado de nós como desviamos de obstáculos, objetos. Nenhuma saudação corriqueira, um olhar, sequer um aceno de cabeça. Foi surpreendente. Eu era

um uniforme que perambulava: estava invisível, Antônio estava invisível. Saindo do prédio, estava inquieto; era perturbadora a anestesia dos outros, a percepção social neutralizada. (COSTA. p. 43, 2004).

O relato acima foi extraído do livro “Homens Invisíveis Relatos de uma Humilhação Social”, de Fernando Braga da Costa. Este trabalho nasceu na época em que o autor cursava psicologia na Universidade de São Paulo e resolveu vestir-se de gari para acompanhar a realidade desses trabalhadores. O autor viveu essa realidade por mais de dez anos e esta obra foi o tema de sua dissertação de mestrado. O trecho ilustra bem a invisibilidade social, por mais que o autor fosse conhecido no campus, passou despercebido, pois os presentes ali não o enxergavam, então ele pode perceber na prática o que essas pessoas passam diariamente, ignorados por completo, não percebidas como sujeitos, mas como mero pano de fundo que compõe aquele ambiente.

Costa (2004, p. 15) afirma que este fenômeno assume um caráter contínuo nas sociedades capitalistas e se traduzem em humilhação social e reificação, ainda segundo Costa a invisibilidade social representa uma forma de violência simbólica, usada para reprimir as camadas pobres.

Verri, Borges, Carneiro e Costa (2009), afirmam que a invisibilidade social é fato contemporâneo do século XX, e descrevem aqueles socialmente invisíveis, tem como característica a indiferença e o preconceito Verri, Borges, Carneiro e Costa (2009), levando o sujeito invisível à humilhação e a padecer de vários estigmas, como quadros depressivos, doenças psíquicas e *bullying*. Segundo as autoras, a invisibilidade social é um termo amplo e decorre de fatores sociais, estéticos, econômicos, históricos e culturais. Os transvestidos com o manto da invisibilidade social seguem suas vidas sem que a sociedade se importe com eles, simplesmente uma massa de insignificância sem relevância na sociedade contemporânea, portanto são vítimas da violência simbólica, dentro da relação entre “nós *versus* eles”, daquilo que é problema do outro e não meu.

É mais fácil ignorar um fato, um problema, do que buscar soluções efetivas para tratá-lo. O império do consumo, do capital em demasia leva a um processo de interesses, portanto aquele que tem pouco a oferecer ou que não é útil a alguém está automaticamente excluído. Todavia a geração de riqueza, deve criar um conjunto de melhorias que englobe toda a sociedade, que priorize o coletivo em detrimento ao

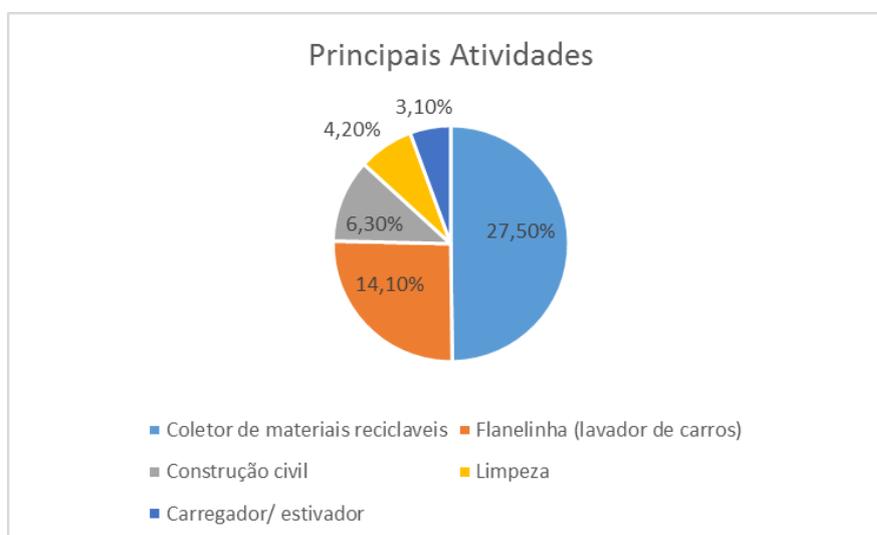
privado, a busca do entendimento e o conseqüente despojamento do véu da invisibilidade social.

Muito embora o Poder Público e a sociedade conheçam do problema que se encontram as pessoas em situação de rua, não obstante aquilo que tem sido desenvolvido é paliativo e não os retira da invisibilidade social.

3.3.1 Estigmatização e Preconceito

Se não bastassem as dificuldades que a luta pela sobrevivência diária impõe à população em situação de rua, eles convivem com uma dura realidade social imbuída de preconceitos e estigmas sociais. Conforme abordado no item 3.3 deste capítulo, essas pessoas são simplesmente ignoradas pela sociedade, e quando são vistas, quase sempre, é pela ótica do desprezo, e que são um peso, um incômodo para a sociedade.

Gráfico 4 – Principais atividades das pessoas em situação de rua



Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua - MDS, 2008.

As condições de higiene precárias, a insalubridade dos pontos onde se instalam, juntamente com cenas comuns de uso de drogas e álcool reforçam a ideia que a pessoa em situação de rua não passa de um pedinte, mendigo ou um delinquente. Porém, as informações da Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua de 2008, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) revelaram que 70,9% da população em situação de rua

exerce alguma atividade laborativa remunerada. As atividades mais citadas foram (gráfico 04) coletor de material reciclável (27,5%), flanelinha (lavador de carros) (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/ estivador (3,1%).

Observa-se, no gráfico acima, que somente 15,7% pedem dinheiro como fonte principal de subsistência. Um total de 58,6% dos entrevistados declarou ter alguma profissão ou ofício, dentre os quais se destacam: construção civil (27,2%), comércio (4,4%), trabalho doméstico (4,4%) e mecânica (4,1%). A pesquisa mostra um dado preocupante: apesar da maior parte dessa população trabalhar, apenas 1,9% afirmaram trabalhar com carteira assinada e 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada, ou seja, a informalidade se sobrepõe e, com isso, uma série de direitos são afastados refletindo diretamente nas precárias condições de vida da população em situação de rua:

Observa-se uma desvinculação entre trabalho e emprego. Esse é um problema, o mercado da informalidade. Essas pessoas não servem para o emprego porque são consideradas indisciplinadas, sujas demais, e o mercado não as aceita. Ou seja, é uma mão de obra muito barata, quase escrava, sem garantias constitucionais e trabalhistas. (RODRIGUES, 2015, Reportagem).

Esses dados desconstroem o imaginário popular de que a população em situação de rua é constituída por desocupados, vadios, mendigos, pedintes e delinquentes, mas revela que na busca pela sobrevivência essas pessoas buscam uma forma de se proverem, mesmo na maioria absoluta dos casos tendo seus direitos tolhidos pela informalidade.

3.3.2 Pessoas em situação de rua e invisibilidade social

“ESPECIAL: Moradores de rua vivem sob a invisibilidade social em Teresina”, destaca a manchete da reportagem postada no “Portal Dia” em 25 de setembro de 2016. A reportagem destaca a rotina de algumas pessoas em situação de rua em Teresina, capital do Piauí. A reportagem traduz a realidade dos invisíveis socialmente: *“Vida real. No olho da rua. Por trás da roupa maltrapilha, do preconceito e da invisibilidade social, existem histórias de pessoas que tentam sobreviver ao inóspito ambiente da rua”* (Setembro/2016). Porém, apesar de cada um carregar uma história de luta pela sobrevivência, essa luta carrega contornos figurativos, sem muita importância para o corpo social.

Durante o relato, os entrevistados destacam as dificuldades de viver nas ruas, vivendo de trabalhos informais e expostos às condições de insalubridade e violência, vício e criminalidade. A reportagem destaca o fato da exposição à violência com o título Igor e Raimunda: Visibilidade para violência, invisibilidade para sociedade, contando a história do casal que vive nas ruas de Teresina, que apesar de não serem vistos pela sociedade, isso não impede de estarem expostos à violência:

Além das dificuldades para garantir a alimentação, o casal também passa pela insegurança de morar ao relento. Atualmente, com uma pequena estrutura de cozinha improvisada, local para dormir e onde lavar e estender roupas, o casal fica na praça ao lado do Parque da Cidadania. Do último furto que foram alvos, eles perderam a rede onde dormiam e algumas peças de roupas. Por isso, hoje, o papelão é a única opção para descansar depois de um dia de andanças. "Já roubaram muito a gente, é triste, porque você já não tem nada e ainda vêm as pessoas para tirar", lamenta. (UCHÔA, O Dia, 2016).

A invisibilidade social afasta direitos básicos e fundamentais das pessoas (aquele que não é visto, logo, não é lembrado), a indiferença com a qual essa parcela da sociedade é tratada faz com que o ciclo se torne vicioso. O processo de abandono, humilhação estigma social só faz aumentar a solidão e a depressão que, por consequência, podem levar a pessoa ao abuso do álcool e drogas. Verri, Borges, Carneiro e Costa afirmam que a invisibilidade social conduz ao desprezo e à humilhação, levando as pessoas a quadros depressivos, pois segundo Gachet ser visto (aparecer) é algo nato à natureza humana:

'Aparecer' é ser importante para a espécie humana, ser valorizado de alguma forma é parte integrante de nossa passagem pela vida, temos que ser alguém, um bom profissional, um bom estudante, um bom pai, uma boa mãe, enfim, desempenhar com louvor algum papel social". Isso nos leva a outra consequência da exclusão social: a mobilização dos "invisíveis". Esse grupo é formado por pessoas que se juntam para poder "aparecer". (Gachet, apud Verri, Borges, Carneiro e Costa, 2009).

Na busca da conscientização e pela luta pelas melhorias das condições de vida da população em situação de rua surge, em 1995, o Movimento Nacional da População de Rua. O objetivo do movimento é de dar voz a essa parcela invisível da sociedade e foi no primeiro "Grito dos excluídos" (1995), organizado pelas igrejas cristãs cujo o lema daquele ano foi "A vida em primeiro lugar". Essa foi a primeira vez que essas pessoas viventes das ruas se organizaram e se mostraram ao restante da

população como forma de despertar o debate e denunciar a precariedade das condições sociais da população em situação de rua:

O Grito dos Excluídos, que simbolizou a luta da população em situação de rua, foi promovido pela Pastoral Social com as demais Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, movimentos sociais entidades e organizações da sociedade civil. No dia 7 de setembro de 1995, mobilizou indivíduos, organizações e movimentos sociais com o objetivo de dar visibilidade aos direitos e necessidades da população que tinha as ruas como seu espaço de moradia e sobrevivência. (SILVA, 2014, Web).

3.4 Dinâmica social e violência

É nos centros urbanos que as populações em situação de rua procuram permanecer. Comumente são vistos sob viadutos, marquises e outros tipos de abrigos improvisados. Ali, exercem suas atividades cotidianas e realizam suas interações sociais entre si e bem como com os outros atores sociais. No entanto, o cenário estabelecido é caótico, embalado pelos principais fatores que causam a situação de rua (desemprego, conflito familiares e uso de álcool e outras drogas), nota-se a ruptura dos mecanismos tradicionais de controle social (família, vizinhança, escola, igreja), o ambiente insalubre e conturbado, além da baixa coesão de grupo. Esses fatos funcionam como catalizadores da criminalidade que afeta esse grupo social, conforme preconiza a Escola de Chicago, de acordo com a Teoria Ecológica do Crime, elaborada na Universidade de Chicago por Shaw e Mckay:

O controle social a que Bursik se refere é simplesmente "o que as outras pessoas da sua comunidade vão pensar de você", mas se um indivíduo mora em uma comunidade em que é comum se envolver em atividades criminosas, tal controle não terá qualquer influência na decisão de se cometer ou não um crime, por outro lado, em uma comunidade coesa e organizada, ainda que pobre, na qual os moradores se conhecem e se ajudam, o controle social é elemento definitivo no controle da criminalidade. (COELHO).

“A cidade é um corpo organizado sob a égide de costumes e tradições” (ALVES, p. 20), todavia, a multiplicidade e os aspectos da urbanização rompem com esses costumes e tradições, permitindo a disseminação de espaços socialmente desorganizados. Neste cenário desorganizado no qual a pessoas em situação de rua se encontram, o crime, a violência e a delinquência fazem parte do cotidiano. Os laços socioafetivos fragilizados configuram um fator importante na compreensão do

fenômeno criminal que envolve a população de rua. Além disso, a exposição que a rua oferece, potencializa o contato com a criminalidade, sejam figurando como vítimas ou autores, conforme traz Coelho:

[...] comunidades com alta densidade populacional, má condições de saneamento básico, falta de estrutura urbana e outros fatores sociais, contribuem para a criação da oportunidade e da motivação para o crime e diminuem os vínculos de conformidade tão importantes para o controle social. (COELHO, Web)

Alves (p. 40 - 42), aborda alguns elementos conceituais trazidos pela Teoria Ecológica do Crime que se enquadram à realidade das pessoas em situação de rua:

Quadro 1– Relação população em situação de rua e elementos conceituais

Elementos conceituais	Pessoas em situação de rua
Discutem múltiplos aspectos da vida humana, todos relacionados com a vida na cidade (cidade é um corpo de costumes e tradições)	A organização precária motivada por fatores como desemprego, laços familiares interrompidos ou fragilizados e uso imoderado de álcool e outras drogas, estimula a falta de controle social.
Toda organização ecológica (cidade) está em constante processo de mudança, e a mobilidade faz parte deste processo (mudança de residência, emprego, ascensão social, etc).	O processo intenso de urbanização estimula o crescimento da população em situação de rua e sua exposição à criminalidade, considerando a ausência de controle social.
O excesso de mobilidade gera desorganização social, e afeta o controle social informal (família, vizinhança, igreja, etc).	A causa da mobilidade que leva a pessoa a uma situação de rua, tem como consequência a ausência de controle social informal.
A desorganização social contribui para gerar desorganização pessoal.	O ambiente encontrado nas ruas potencializa a degradação humana.
Com a desorganização social surgem áreas de delinquência.	O ambiente sem controle social possibilita a prática criminal.

Fonte: O Crime como Problema Sociológico, Alves, Gisele.

A forma como essa parcela da sociedade é tratada, dentro da fenomenologia da invisibilidade social, alimenta a desorganização social e a conseqüente degradação pessoal. O tratamento dado pelo Poder Público consiste, na maior parte dos casos, em retirar aquelas pessoas de determinados pontos de ocupação, oferecendo pernoites em albergues e casas de apoio, bem como outros tipos de ações. No entanto, não há um esforço com o foco de reestabelecer os mecanismos informais de controle social (vínculos afetivos, emprego formal, comunidade, entre outros), atacando diretamente a causa da desordem social.

3.5 Violência

A violência é um dos aspectos da urbanização que mais chama a atenção, devido à sua intensificação e a forma como ela atinge as pessoas todos os dias. Em relação à pessoa em situação de rua não é diferente: elas sofrem essa violência cotidiana que os atinge de muitas maneiras. Um fator que contribui massivamente para que esse grupo seja potencialmente mais afetado é a exposição das ruas, que como foi citado, proporciona um contato mais próximo com o crime, possibilitando que essas pessoas figurem como vítimas e autores criminais. Abaixo serão abordados alguns tipos de violência que se relacionam com a população em situação de rua.

3.5.1 Violência Institucionalizada

Quando as pessoas visualizam uma pessoa em situação de rua, veem esse fato com naturalidade, algo que já se incorporou ao cotidiano urbano, portanto as pessoas se tornam invisíveis, tornam-se somente parte daquele cenário e nada mais. Não obstante a situação precária que impõe à população em situação de rua uma luta diária pela sobrevivência, a comoção social é inócua. A sociedade se acostuma com aquela situação de marginalização desse público, que vive tolhido dos direitos básicos e fundamentais, deste modo, sofrem com a violência institucionalizada. O Poder Público é inerte, pois políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de rua, em si, não geram comoções políticas e o socorro se torna algo descartável, não prioritário.

Como a violência institucional contra a população em situação de rua é algo restrito a esse público, a sociedade e o Estado tendem a não se importarem, pois

aquilo que não atinge diretamente ao indivíduo não lhe é importante. Dessa forma, se a violência não lhe alcança e nem lhe causa incômodos, não é passível de uma busca de solução. A falta de recursos se perpetua sem que a sociedade se choque com isso, assim não há perspectivas de reversão do quadro uma vez que não há empenho social para mudança:

Pobreza, portanto, é a destituição, a marginalização e a desproteção. A destituição dos meios de sobrevivência física, a marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo, e a desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem-estar (Demo, 1994: 16-7). Isso retrata uma faceta da violência institucionalizada praticada contra a população brasileira. (Demo, 1994: 16-7 *apud* SILVA, p. 62, 2009).

A violência institucional ganha aceitação social e passa ser um fato natural, portanto não se busca meios de correção, pois há a anuência da sociedade e do Estado, sendo omissos ou em práticas comissivas quando o próprio Estado é o perpetuador da violência como no caso da retida dos pertences de pessoas em situação de rua em Belo Horizonte, que será tratado mais adiante. Faoro (1982), traz, então, a conceituação da violência institucional, que não tem suas formas muito discutidas uma vez que não são percebidas pela sociedade e quando são, elas são ignoradas não ganhando a importância e a relevância que deveria ter:

A violência institucional decorre do mecanismo repressivo, impondo certa conduta, que importa na opressão do homem, ou se irradiando do aparelhamento que executa as sanções penais. Sempre que o aparelhamento repressivo encampa e absorve a violência não convencional ela se torna institucional, ficando fora do espaço do direito penal. Atente-se, de outro lado, para a impropriedade de qualificar uma conduta de individual, em negação ao caráter sempre social do crime” (FAORO, 1982:20, *apud* SILVA, p. 63, 1999).

É imperioso que se debata sobre o assunto e que a sociedade e o Estado despertem para os diversos tipos de violências institucionais que massacram milhares de pessoas todos os dias. Uma sociedade com ideais de fraternidade deve buscar a prosperidade conjunta e a harmonia do corpo social com a consequente libertação individual das amarras da violência.

3.5.2 Violência Contra a População em Situação de Rua

As ruas oferecem riscos de toda natureza, a exposição e a vulnerabilidade, tornam as pessoas em situação de rua alvos fáceis da violência. Contudo, a violência não está só na ação, no ato de praticar violência contra outrem, mas também na omissão principalmente do Poder Público e sua inércia. Neste ano de 2016, na cidade de São Paulo, até o mês de julho cinco pessoas em situação de rua morreram em decorrência do frio. Diante dos fatos fica a indagação se seria possível o desenvolvimento de ações preventivas, considerando que todo ano há inverno, estação caracterizada por temperaturas mais baixas, que aumenta a vulnerabilidade dessas pessoas, no entanto a inércia resultou em morte, o que deixa claro que a omissão também é um tipo de violência.

Diariamente, vários casos de violência contra pessoas em situação de rua ocorrem, como o caso do Índio Galdino que causou uma grande repercussão e a comoção nacional. Porém, muitos outros acontecem sem haja a comoção e a mobilização da sociedade.

Do início do ano de 2013, até o mês de agosto do mesmo ano, 195 pessoas em situação de rua haviam sido assassinadas, sendo Minas Gerais o estado que mais havia registrado casos, como aponta o Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Segundo levantamento realizado em Goiânia pelo Núcleo de Estudos Sobre Criminalidade e Violência da Universidade Federal de Goiás, intitulado “Envolvimento Criminal 2016”, em três anos (2013, 2014 e 2015) 61 pessoas em situação de rua foram assassinadas, considerando que o número total de pessoas em situação de rua contabilizadas em Goiânia, em 2015, foi de 351 pessoas, o número de assassinatos representa cerca de 17,38% do total da população em situação de rua, um dado alarmante conforme informa o sociólogo Djaci David de Oliveira, coordenador da pesquisa em entrevista publicada no portal G1 em 06 de março de 2016.

O levantamento realizado em Goiânia chama atenção pelo número de assassinatos e ressalta o fato de que as ruas oferecem maior exposição e conseqüentemente mais vulnerabilidade.

3.5.3 Envolvimento Criminal

Como em outras áreas de pesquisa, há uma carência de dados e fonte de pesquisa referente ao envolvimento de pessoas em situação de rua no cometimento de delitos e o real impacto que isso gera nos índices criminais globais. A ausência de dados relaciona-se diretamente com a falta de parâmetros dos registros policiais o que dificulta a coleta dos dados e conseqüentemente a confiabilidade da pesquisa.

No sistema REDS (Registro de Evento de Defesa Social), por exemplo, não há um campo específico no qual seja possível qualificar o envolvido como pessoa em situação de rua, o que implica no problema metodológico acima citado. A criação de um campo próprio para o lançamento desses dados auxiliaria no conhecimento dos delitos praticados. Dessa forma, o direcionamento das políticas públicas de prevenção criminal envolvendo esse público seriam mais efetivas.

Em linhas gerais, o envolvimento criminal de pessoas em situação de rua com o crime ocorre, em muitos casos, em decorrência do uso de drogas, principalmente o crack, passando pelo comércio e uso da substância e a necessidade de angariar recursos para a compra da droga, o que pode levar a pessoa a praticar roubos e/ou furtos, além de outros crimes contra o patrimônio:

Uma consequência disso são as propostas que vão surgindo para que eles atuem como “aviõezinhos” em troca de dinheiro ou mesmo da própria droga, (...) o que em todo caso são propostas muito tentadoras para pessoas como eles, que vivem na miséria e precisam alimentar o vício. Toda essa vulnerabilidade deixa as portas abertas para que as drogas entrem com facilidade nessas vidas, tornando-se assim o uso da droga mais um ponto vulnerável neles. (Almeida, p.2)

Além disso, podem ocorrer disputas locais entre a população em situação de rua, que resultam em crimes contra a pessoa:

Também há casos em que as mortes acontecem entre eles mesmos, como no ocorrido com Wanderson da Silva, 20 anos, morto a pedradas por outro morador, Marcos André Silva Oliveira, 19 anos, conhecido como “Zoinho”. Este confessou a autoria do crime, dizendo que a vítima lhe havia roubado uma blusa e quando ele foi cobrá-la, Wanderson o ameaçou de morte. (Almeida, p.1)

Conforme dados apresentados pela Pesquisa Nacional sobre a População, acima citados no gráfico 04 em situação de Rua, 70,9% dos pesquisados realizam

alguma atividade laborativa, ou seja, a maioria escolhe trabalhar para viver e não busca no crime uma solução para seus problemas e dificuldades diárias.

Assim como ocorre com outros grupos vulneráveis, deve haver maior detalhamento dos dados públicos, referente à Segurança Pública, para que se possa saber até que ponto essas pessoas se envolvem com o crime.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme apresentado, a população em situação de rua possui ligação direta com o processo de urbanização e, ao longo dos processos ocorridos no mundo, é dispensado a elas, por parte do Poder Público um tratamento criminalizante e excludente. Entretanto, a superação da cultura da invisibilidade social da população de rua vem ocorrendo paulatinamente e, nos últimos anos, o Estado está mais engajado nesta causa e algumas políticas vem sendo desenvolvidas e direcionadas para as pessoas em situação de rua.

Primeiramente, destaca-se que o texto constitucional, especialmente o artigo 1º, inciso III, que traz como fundamento da República Brasileira a dignidade da pessoa humana. Logo, cabe ao Estado Brasileiro ser o principal articulador e promotor da dignidade da pessoa humana. Em seguida, observa-se que o artigo 194 da Constituição da República trata da seguridade social e sua tríade: saúde, previdência social e assistência social.

A tríade da seguridade social (assistência, previdência social e saúde) são interdependentes e complementares e devem produzir seus efeitos (sobre a sociedade uniformemente e universalmente. Contudo, há uma parcela negligenciada, os invisíveis socialmente, aqueles expostos sem usufruir do sistema único de saúde da forma que deveriam, sem contar com os benefícios previdenciários e muito menos com a assistência social.

O artigo 203 da Constituição da República traz que a assistência social será prestada para todos que dela necessitem, mesmo que não contribuam com a seguridade social. É importante frisar que para que algum cidadão usufrua de um benefício previdenciário, este deve contribuir para ter o direito nos casos definidos em lei, a contribuição ocorre com o desconto realizado nos recebimentos dos trabalhadores ou do contribuinte autônomo. O que leva a população em situação de rua a ficar, em sua maioria, excluída do sistema de previdência social é a informalidade do mercado de trabalho, ou seja, não há vínculo trabalhista, portanto não há recolhimento da contribuição previdenciária fazendo com que essas pessoas fiquem desamparadas em caso de necessidade.

No ano de 2008 foi instituída a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação em de Rua e este documento foi fruto de um trabalho multidisciplinar que contou com os seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da fundamental participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada. O objetivo deste trabalho foi conhecer do fenômeno e buscar entendê-lo, além de compreender as pessoas em situação de rua em busca de soluções efetivas para seus problemas basilares.

O documento buscou caracterizar a população em situação de rua, além de estabelecer princípios, diretrizes e ações estratégicas nas áreas dos Direitos Humanos, trabalho e emprego, desenvolvimento urbano/habitação, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional, saúde e cultura:

PRINCÍPIOS

- I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;
- II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais;
- III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade;
- IV - Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória; V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua. (BRASIL, Governo Federal, 2008).

DIRETRIZES

- I - Implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, entre outras, de forma intersetorial e transversal garantindo a estruturação de rede de proteção às pessoas em situação de rua;
- II - Complementaridade entre as políticas do Estado e as ações públicas não estatais de iniciativa da sociedade civil;
- III - Garantia do desenvolvimento democrático e de políticas públicas integradas para promoção das igualdades sociais, de gênero e de raça;
- IV - Incentivo à organização política da população em situação de rua e à participação em instâncias de controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, assegurando sua autonomia em relação ao Estado;
- V - Alocação de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para implementação das políticas públicas para a população em situação de rua;
- VI - Elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a população em situação de rua;
- VII - Sensibilização pública sobre a importância de mudança de paradigmas culturais concernentes aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua;

VIII - Incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua; além da promoção de ações educativas permanentes para a sociedade;
IX - Ação intersetorial para o desenvolvimento de três eixos centrais: a garantia dos direitos; o resgate da auto-estima e a reorganização dos projetos de vida. (BRASIL, Governo Federal, 2008).

Em 2011, a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social, subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, criou um documento que foi denominado “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP”. Segundo informações contidas na apresentação, a finalidade deste documento é orientar, em todo o território nacional, a gestão do Centro POP e a oferta qualificada do Serviço.

O POP foi implantado através da política do governo federal lançada em 2010 para o combate à fome e à miséria e é desenvolvido através da SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e tem como objetivo o estabelecimento de unidades físicas com serviços voltados para o atendimento das pessoas em situação de rua:

É uma unidade pública voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua. Deve ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua.

O Centro POP deve representar espaço de referência para o convívio social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Essa unidade também funciona como ponto de apoio para pessoas que moram e/ou sobrevivem nas ruas. Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação. O endereço do Centro Pop pode ser usado como referência do usuário. (BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social, 2011).

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), conta com 08 POP's, sendo um em Contagem, Betim, Lagoa Santa, Ibirité e Sabará e três em Belo Horizonte.

No ano de 2009 foi instituído o Decreto nº 7.053, que trouxe a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e deu outras providências. Esse decreto é resultado do documento desenvolvido em 2008 através da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Basicamente estão inscritos os mesmo fundamentos, princípios e diretrizes abordadas no documento supracitado, o objetivo principal é articulação do Executivo para implementar as políticas públicas voltadas para a população em situação de rua.

Em 2011, o Governo Federal criou uma cartilha para Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, voltada para técnicos, Assistentes sociais, e para as outras esferas do Poder Executivo, essa cartilha possui informações técnicas estabelecendo a metodologia de coleta de dados para subsidiar o cadastro único do governo federal, com o intuito de promoção da seguridade social e cumprimento dos ditames constitucionais:

Estas informações são fundamentais para subsidiar a formulação de políticas de caráter intersetorial que venham ao encontro das demandas desta população e para propiciar seu acesso a serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, bem como à rede das demais políticas públicas e ao Sistema de Justiça, em casos de violações de direitos. (BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social, 2011)

O Governo admite a necessidade de conhecer esse público, para que as políticas sejam efetivadas e também reconhece as dificuldades:

- Poucos estudos e levantamentos no Brasil;
- Trabalhos realizados pelas Secretarias de Assistência Social dos maiores municípios;
- Divergência de conceitos e metodologias, estudos que realizaram contagens, amostras, pesquisas qualitativas;
- Dificuldades tanto de conceituar como de mensurar esta população, aspecto não restrito ao Brasil. (Ferreira, IBGE).

O único levantamento nacional existente é a pesquisa nacional 2008 realizada sob a coordenação do MDS. Somente os municípios de São Paulo e Belo Horizonte possuem levantamentos semelhantes, com destaque para Belo Horizonte que já realizou três censos, em 1998, 2005 e 2014. É necessário o esforço conjunto dos três órgãos de governança na busca do conhecimento dessa população para o estabelecimento de metas e diretrizes comuns a serem empregadas na busca da promoção da dignidade dessas pessoas.

A Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), no Caderno Doutrinário 02, que trata da Tática Policial, Abordagem a Pessoas e Tratamento às Vítimas, traz a população em situação de rua como grupo vulnerável devido às condições de precariedade e vulnerabilidade que elas se encontram. Portanto, a PMMG estabelece algumas recomendações aos seus agentes no que tange a tratamento que deve ser dispensado às pessoas em situação de rua:

- agir com equilíbrio e bom senso, sobretudo nos momentos em que as demandas decorrentes da aplicação da lei exigirem condutas mais firmes. O policial deverá ter a consciência de que uma pessoa que vive em condições sociais extremamente precárias apresenta debilidades (deficiência linguística, invisibilidade social, falta de higiene corporal), que inclusive podem funcionar como barreiras para que recebam tratamento adequado;
- tratar a população em situação de rua com devido respeito e profissionalismo;
- deverá atender e orientar as pessoas desse grupo a buscarem auxílio, junto aos órgãos competentes de assistência social;
- lembrar que, de acordo com a Constituição Federal, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. As pessoas em situação de rua não podem ser obrigadas a praticar atos que não sejam exigidos por lei e são livres para estarem em qualquer local, sem que as suas presenças signifiquem desrespeito à lei;
- nos atendimentos, o policial não permitirá o tratamento desumano ou degradante a esses cidadãos, por quem quer que seja; -ter o cuidado no trato com os objetos pessoais e com os abrigos improvisados do cidadão abordado, quando a revista for necessária. (MINAS GERAIS, PMMG, 2011).

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), assinaram, em 2015, um documento com recomendações para dar mais celeridades nas causas que envolvam pessoas em situação de rua, principalmente em situações decorrentes em violações dos Direitos Humanos. Há um esforço conjunto do TJMG e do MPMG para promoção da cidadania e dos direitos das pessoas em situação de rua. A Promotoria de Direitos Humanos é bastante ativa e atenta às violações cometidas contra a população em situação de rua.

Para que haja maior efetividade das políticas públicas é preciso uma articulação e intercâmbio de experiências de todos os órgãos e esferas de governança que tenham por força constitucional a proteção, a promoção de direitos e da emancipação dessas pessoas para que haja condições plenas delas serem protagonistas da própria história e possam carregar a certeza que tem a proteção do Estado e que não são mais invisíveis, pois há um grande esforço conjunto para melhorar a sua qualidade de vida.

4.1 Serviços e Aparelhos Públicos em Belo Horizonte

Belo Horizonte, como grande centro urbano, possui uma considerável população em situação de rua, que vive sujeita aos intempéries e dificuldades narradas neste trabalho. Alguns serviços e aparelhos públicos estão em

funcionamento e voltados a atender este público, de forma a suprir-lhes as necessidades básicas e promoção de direitos fundamentais.

Tendo como referência o Decreto Federal 7.053, o município de Belo Horizonte elaborou sua política municipal voltada para a população em situação de rua. Atualmente, há a articulação dos três níveis de governo para enfrentamento ao problema. Segundo informações da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) o objetivo principal dos serviços é a inclusão social e a reinserção destas pessoas na sociedade.

A PBH, através da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) e do Comitê de Monitoramento e Assessoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, realiza o serviço de abordagem social nas ruas. Segundo informações da PBH, no ano de 2010 foram realizados 5.063 atendimentos à pessoas em situação de rua. Esse serviço possibilita conhecer essa população e proporciona o encaminhamento para outros tipos de serviços e benefícios sociais como o Bolsa Família. A PBH informa que no ano de 2010, 33 famílias foram inseridas no programa Bolsa Família e 146 receberam moradias próprias.

Há, também, políticas voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua, através do Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRCA), chamado, também, como Miguelim. No Miguelim ocorrem oficinas, jogos, brincadeiras, práticas esportivas e acompanhamento individualizado. O objetivo deste centro é a reinserção familiar, com o conseqüente restabelecimento dos vínculos familiares, acolhimento e, acima de tudo, a promoção dos direitos inerentes à criança e ao adolescente.

Além desses serviços, como parte do programa federal voltado à população de rua, funcionam, como citado acima, os Centro de Referência da População de Rua (POP), situados nos bairros Floresta e Barro Preto (Albergue Tia Branca), que atendem 140 pessoas diariamente, de segunda à sexta-feira, conforme informa a PBH. No POP, são encontrados serviços como higienização, acesso à internet, telefone, guarda-volumes, oficinas, atendimento socioassistenciais, encaminhamentos para retirada de fotografias 3x4, documentos como carteira de identidade, certidão de nascimento e CPF (Cadastro Pessoa Física) e serve também de endereço de referência.

As pessoas em situação de rua possuem direito a serem cadastrados nos restaurantes populares da prefeitura onde possuem acesso gratuito às refeições servidas diariamente após cadastro. Também é oferecida uma passagem interestadual ou intermunicipal, caso a pessoa tem interesse em volta à sua cidade de

origem e também uma tarifa social de ônibus coletivo, caso haja necessidade de deslocamento dentro do município.

Segundo informações contidas no portal da PBH, esta é a rede de serviço voltada para a população em situação de rua:

- Republica Reviver, para homens (40 vagas)
- Republica Maria, Maria, para mulheres (41 vagas).
- Albergue Municipal (400 vagas)
- Abrigo Municipal Pompéia, para famílias, (32 residências)
- Abrigo São Paulo (150 vagas)
- Centros de Passagens para Adolescentes em Situação de Rua (60 vagas).
- Programa Bolsa Moradia, da Smaas, serviço de acompanhamento social que tem como objetivo central melhorar e/ou desenvolver a capacidade de organização da população em situação de rua adequada ao contexto da moradia. (Fonte: PBH)

Apesar de toda rede de serviços e aparelhos existentes, há alguns problemas enfrentados na prestação desses serviços. Muitas pessoas em situação de rua preferem, por exemplo, dormir nas ruas que irem para um abrigo, devido a fatores como rigidez dos horários, higienização, proibição de uso de álcool e outras drogas. Além disso, problemas como superlotação, como o caso da unidade “Tia Branca”, que chega a receber 400 pessoas por dia, 8 vezes mais que o número recomendável. Juntamente com problemas como falta de higiene, disseminação de doenças como tuberculose e o vírus HIV levaram ao Ministério Público (MP) a fazer uma recomendação propondo o fechamento da unidade “Tia Branca”. O MP listou os principais problemas que levaram ao pedido de fechamento:

- Violência, negligência e maus-tratos de funcionários a usuários
- Discriminação de pessoa portadora do vírus HIV
- Condições precárias da edificação, más condições sanitárias, falta de água e de bebedouro
- Proliferação de insetos (percevejos) e outras pragas
- Capacidade total de 400 usuários, acima do adequado (50/dia)
- Concentração do serviço num único local da cidade, com efeito de isolamento/segregação
- Inoperância de alguns dos chuveiros
- Não cumprimento da quantidade mínima de pessoas na equipe de referência para atendimento direto e atendimento psicossocial
- Não oferta de material de higiene de forma adequada, faltando travesseiro, virol, lençol e toalha de banho, além de o material não ser entregue em embalagens individualizadas
- Precárias condições dos quartos e das camas
- Toalha de banho fornecida aos usuários equivalente a um quarto de uma peça comum. (Fonte: Jornal Estado de Minas, 2015)

É preciso mais que implementar serviços e aparelhos públicos, é necessário o funcionamento destes na sua integralidade, com máxima eficiência. Cabe, portanto, ao Ministério Público fiscalizar, como o fez no caso acima, além dos órgãos de defesa dos Direitos Humanos e a sociedade civil, para que de fato os serviços produzam os efeitos desejados, promova a integração social, resguarde direitos básicos e permita à pessoa em situação de rua a se restabelecer e viver com dignidade.

4.2 Política Higienista

O termo higienismo surgiu no Brasil, na época do império, devido aos surtos epidêmicos que acometiam principalmente a cidade do Rio de Janeiro no século XIX:

Um dos grandes problemas que assolavam o Rio de Janeiro durante o século XIX eram as constantes epidemias que atingiam a população da capital do Império. Eram comuns os surtos de cólera, varíola e febre amarela na cidade, principalmente durante o verão, em decorrência das péssimas condições sanitárias do espaço urbano. O higienismo urbano era apontado como uma das formas de erradicar esse problema. (PINTO, Website)

Especialistas da época, médico sanitaristas, propuseram medidas de intervenção que passava pela higienização da cidade. A limpeza era a medida adotada para evitar a proliferação das doenças e, portanto, concentrava-se nos logradouros onde a população mais pobre habitava e circulava. Entretanto, a medida sanitarista estava munida de um forte controle social entre os pobres e culminou na expulsão dos moradores dos cortiços. A propagação era controlada juntamente com o controle dessa população e para isso o governo imperial criou a Junta Central de Higiene responsável pela fiscalização e controle da limpeza dessas áreas degradadas. Estabeleceu-se, então, um forte controle social e policialesco, tal medida, na verdade não refletia as condições gerais da cidade, mas somente à classe menos abastada, contribuindo para criação de estereótipos sociais que maculam essas pessoas como potencialmente perigosas para o bom convívio social.

O governo imperial decidiu criar a Junta Central de Higiene, e a Câmara Municipal da Corte buscou regulamentar a existência das habitações coletivas. Mas as medidas previstas não passavam pela construção de novas e melhores habitações para a população mais pobre da cidade. Elas centravam-se em medidas que garantiriam um controle sobre os habitantes por parte das forças policiais.

Propuseram a necessidade de existir um livro de controle dos hóspedes em cada habitação coletiva, além de estipular uma visita frequente de policiais a esses locais. Isso seria uma garantia para se avaliar se havia estrangeiros irregulares habitando os locais, além da averiguação de pessoas “suspeitas”, uma categoria que permitia toda sorte de arbitrariedades da polícia contra os habitantes dos cortiços. (PINTO, Webstie).

As ações praticadas naquela época deixaram marcas que perduram até os dias de hoje. Através desta construção ligando a classe pobre às máculas sociais geram distorções que são geradoras de políticas exclusivistas que pretendem retirar do convívio social aqueles que não são desejáveis socialmente. Esse cenário contribuiu para o episódio que ficou conhecido como holocausto brasileiro. Estima-se que 60 mil pessoas, morreram entre 1903 e 1980, no manicômio localizado em Barbacena, Minas Gerais. Diariamente, a estação ferroviária recebia vários trens, conhecidos como “trens de doido”, com pessoas destinadas à internação no referido hospital, psiquiatra. Porém, nem todos os pacientes eram acometidos de patologias psiquiátricas, mas pessoas que preteridas à sociedade:

Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças. (BRM, 2014, p 13-14)

Em relação à população de rua essa realidade ainda perdura nos dias atuais. Várias medidas com cunho higienista são adotadas com o intuito de resolver no problema. No ano de 2012, houve uma polêmica em Belo Horizonte, pois foram instaladas pela prefeitura pedras sob viadutos e similares com a finalidade de evitar que pessoas em situação de rua se abrigassem nesses pontos. É notório que a intenção desta política pública é simplesmente expulsar esse público desses pontos, não havendo a preocupação de resolver o problema das pessoas que utilizam esses pontos como abrigos e são de fato os mais afetados.

Em dezembro de 2013, foi publicado no diário municipal a instrução normativa conjunta número 01, que disciplina a atuação dos agentes públicos junto à população em situação de rua, no município de Belo Horizonte. Essa instrução tem o objetivo de estabelecer a conduta e a abordagem feita a esse público, no entanto, a polêmica fica em torno do recolhimento compulsório aos pertencentes das pessoas em situação de

rua. A norma ressalva os objetos pessoais, essenciais à sobrevivência, que possam ser carregados junto à pessoa sem auxílio de carrinhos e similares: “Art. 5º - *Em nenhuma hipótese, os pertences pessoais essenciais à sobrevivência da população em situação de rua serão objeto de apreensão pelos agentes públicos*”. (PBH,2013).

No entanto, a instrução deu margem à discricionariedade e consequente interpretação do agente público perpetrador da medida, permitindo-o dizer aquilo que era ou não essencial à sobrevivência da pessoa. Essa situação levou ao Ministério Público Estadual, mais uma vez, a fazer uma recomendação à PBH (Recomendação 01/2016). Sob a fundamentação de violação de direitos e garantias fundamentais e alguns fatores como a morte de pessoas causadas pelo frio, o MP recomendou a revogação da referida instrução, além da metodologia da abordagem a ser realizada à pessoa em situação de rua:

RECOMENDA ao Município de Belo Horizonte, representado pelo Prefeito Márcio Araújo de Lacerda, em atendimento às normas constitucionais e infraconstitucionais pertinentes, que;

1. Proceda à revogação imediata da Instrução Normativa Conjunta n.º 1, de 2 de dezembro de 2013, em decorrência do Poder de Autotutela da Administração Pública, e interrompa imediatamente o recolhimento dos pertencente de pessoas em situação de rua, ainda que sob a alegação de gestão do espaço público;
2. Doravante, a gestão dos espaços públicos fundadas no poder de polícia da Administração Pública seja feita de modo a respeitas as condições às quais estão submetidas as pessoas em situação de rua, especialmente no que tange às estratégias – por eles utilizadas – de proteção contra intempéries, uma vez que devem prevalecer – nas decisões do Poder Público – os direitos à vida, à integridade física e à dignidade em sobre as ações de regulação do espaço público;
3. As intervenções junto às pessoas em situação de rua, nos casos de eventuais conflitos acerca da utilização dos espaços públicos, sejam realizadas exclusivamente por meio do serviço de abordagem social, que deverá atuar necessariamente em processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com a finalidade de acompanhar e mediar o acesso à rede de proteção social. (MINAS GERAIS, Ministério Público Estadual de Minas Gerais, 2016).

É mais fácil esconder os problemas, do que buscar soluções efetivas para saná-lo. Há muito tempo o Brasil insiste em tratar os efeitos e não a causa dos problemas, principalmente aqueles ligados às mazelas sociais. Enquanto não houver estratégias que interfiram diretamente no cerne da questão, a situação persistirá e a sociedade como um todo perde com isso. É fato que os mais afetados são aqueles mais pobre e que vivem as margens da sociedade. A sociedade é multidimensional e todos são importantes nesta construção, portanto, a inclusão deve ser a palavra de ordem e não simplesmente ignorar os problemas que são de todos sem exceção. É

conveniente que esses problemas que são ignorados por não serem de interesse comum, ou, por causar repulsa, sejam mostrados, estudado e debatidos por todos, para a busca de soluções efetivas e perenes.

5 Análise dos dados nacionais

Em apresentação publicada pelo IBGE, Frederico Ferreira diz sobre a realidade das pesquisas sobre população em situação de rua no cenário atual, destacam-se os seguintes fatores:

- Poucos estudos e levantamentos no Brasil;
- Trabalhos realizados pelas Secretarias de Assistência Social dos maiores municípios;
- Divergência de conceitos e metodologias, estudos que realizaram contagens, amostras, pesquisas qualitativas;
- Dificuldades tanto de conceituar como de mensurar esta população, aspecto não restrito ao Brasil. (FERREIRA, IBGE).

Não há muitos levantamentos realizados ao longo dos anos que retratem um acompanhamento desta população. Belo Horizonte destaca-se pela realização dos censos do ano de 1998, 2005 e 2013. Possivelmente, o IBGE elaborará uma metodologia a ser aplicada e, em breve, realizará uma pesquisa nacional sobre o tema. Atualmente, a única pesquisa nacional existente é a pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, realizada pelo instituto Meta de Pesquisa e Opinião, através da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e do MDS em 2008.

Além da carência de dados nacionais, que retratem a realidade brasileira como um todo, há algumas dificuldades encontradas na realização da pesquisa efetivamente, conforme destaca Frederico Ferreira:

- A falta de um endereço fixo;
- Pessoas que possuem endereço, porém permanecem a maior parte de seu tempo nos logradouros públicos;
- Diversidade de grupos e suas distintas localizações;
- Tempo nas instituições e albergues;
- Necessidade de diferenciar os moradores efetivos (ocupações consolidadas) de construções abandonadas, daqueles temporários (ocupações não consolidadas);
- Pessoas que circulam pelo município a maior parte do dia, mas que são abrigados ou frequentam instituições em outros municípios; (FERREIRA, IBGE).

Além disso, outras dificuldades são encontradas conforme relato na própria pesquisa, como recusa da pessoa, embriagues, possível transtorno mental:

- A negativa do entrevistado em responder a pesquisa (36,6%), seja por não acreditar que esse tipo de levantamento de dados possa beneficiá-lo, por indisposição, por não gostar de responder pesquisas etc.;
- O fato de o entrevistado não ter acordado para responder (18,0%);
- Embriagues (14,3%);

- Aparente transtorno mental (14,0%).
(MDS, 2013, p. 6)

A pesquisa identificou 31.922 pessoas em situação de rua nos municípios (total de 71 municípios) onde ocorreu o levantamento. Apesar deste número, conforme destacado na página 6 da pesquisa, o número de pessoas em situação de rua é ainda maior, considerando todo território brasileiro. Os principais locais onde foram encontradas essas pessoas, conforme citado na pesquisa foram:

[...] calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas) ((BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social, 2013, p.6)

A pesquisa afirma que o contingente populacional encontrado corresponde à 0,061% do total da população das cidades e esse total assemelha-se com os encontrados nas pesquisas realizadas em Belo Horizonte e São Paulo por exemplo.

5.1 Resultados Obtidos

Constatou-se que a maior parte da população em situação de rua é constituída por homens, que correspondem à 82% do total. A pesquisa foi realizada somente com pessoas adultas, ou seja, com mais de 18 anos, e 53% dessas pessoas possuem entre 25 e 44 anos. A porcentagem de pessoas que se declaram pardas é de 39,1%, 29,5% se declaram brancos e 27,9% pretos. Portanto, a pesquisa destaca que a maior parte desta população é constituída de pretos e pardos.

A média da renda obtida por essas pessoas é entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais, o que por mês corresponde à média entre R\$ 80,00 e R\$ 320,00, muito abaixo da renda média do brasileiro em 2015, que segundo o IBGE era de R\$ 1.113,00, fato que demonstra a extrema pobreza enfrentada pela população em situação de rua.

No que diz respeito à formação escolar a situação ficou da seguinte forma: 74% sabem ler e escrever, 17,1% não sabem escrever e 8,3% assinam o próprio nome apenas. Somente 3,8% frequentavam algum tipo de curso, 2,1% ensino formal e 1,7% algum curso profissionalizante, 95% afirmaram não estudar no momento da pesquisa. A maior parte dos entrevistados possuem o primeiro grau 48,4%, somente 3,2% possuem segundo grau completo e 0,7% possuem curso superior completo.

Os principais motivos para estarem em situação de rua conforme já trabalhado neste trabalho são alcoolismo e/ou drogas 35,5%, desemprego 29,8% e desentendimento familiar 29,1%.

A origem desta população é tipicamente urbana, 45,8% é oriunda do próprio município, 54,2% vieram de outros municípios, mas a maior parte é natural de cidades do mesmo estado. Apenas 11,9% apresentaram uma mudança frequente de cidade, 59,9% afirmaram ter residido no máximo em três cidades. Do total de pesquisados 48,4% estão pernoitando na rua ou em albergues há mais de dois anos.

A maior parte pernoita nas ruas, totalizando 69,6%, 22,1% pernoitam em albergues ou abrigos e 8,3% alternam entre as ruas e os albergues. Segundo 69,3% o principal motivo para pernoitarem em albergues é o medo da violência das ruas e o outro motivo mais citado é o desconforto das ruas 45,2%. 44,3% afirmaram que a falta de liberdade é o principal motivo que os levam a dormir nas ruas, 27,1% se negam a dormir nos albergues pelos horários estabelecidos e 21,4% devido à proibição do consumo de álcool e/ ou outras drogas.

Pouco mais da metade (51,9%) possui algum parente na cidade onde se encontra, 38,9% não possui contato com os parentes, os demais matem contato menores, mensais ou até mesmo anuais (14,5%) e os demais contatos diários, semanais ou mensais (34,3%). 39,2% afirmaram ter um bom relacionamento com os parentes e 39,3% afirmaram ter um péssimo ou ruim relacionamento com os parentes.

Como já trabalhado no item 3.31, 70,9% exercem atividade remunerada, destacando, porém, a informalidade e a precariedade das relações de trabalho e renda.

No que se refere à alimentação, 79,6% afirmaram fazer ao menos uma refeição por dia e 27,4% disseram fazê-la com seus próprios recursos e 19% afirmaram não conseguir se alimentar todos os dias.

Sobre as condições de saúde, 29,7% afirmaram ter algum tipo de problema de saúde. Os problemas mais citados são hipertensão (10,1%), psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/AIDS (5,1%) e problema de vistas/cegueira (4,6%). Um total de 18,7% afirmou fazer uso de algum tipo de medicamento e os conseguem através dos postos e centros de saúde principalmente.

Sobre os aspectos de higiene, 32,6% afirmaram tomar banho nas ruas, 31,4% disseram utilizarem-se dos albergues e abrigos para tomarem banho, 21,3% os

banheiros públicos, 9,4% estabelecimentos comerciais e 2,7% casa de parentes e amigos.

Segundo a pesquisa, 24,8% não possuem algum documento que os identifique, esse fato reflete no acesso aos programas de governo e na regularização das atividades trabalhistas nas quais predominam a informalidade.

Quanto aos programas de governo, 88,5% não participam ou recebem qualquer tipo de benefício, esses dados reforçam a invisibilidade social e como esse grupo sobrevive às margens da sociedade sem nenhuma iniciativa de inclusão. Apenas 3,2% recebem aposentadoria, 2,3% Bolsa Família e 1,3% Benefício de Prestação Continuada.

A pesquisa destaca a discriminação que essas pessoas sofrem, por exemplo, ao adentrar em estabelecimento comercial. Muitos dos entrevistados afirmaram ter passado por algum tipo de constrangimento, o que reforça o estigma social e o preconceito existente, ressalta-se que a maior parte dessas pessoas exercem alguma atividade laboral, portanto, elas procuram meios de sobreviverem de seu próprio trabalho, no entanto carregam consigo a imagem de mendigos, pedintes, delinquentes, entre outros.

Por fim, a pesquisa destaca que 95,5% não participa de movimentos sociais e similares, somente 2,9% afirmaram participar de algum movimento social. Além disso, 61,6% não votam por não possuírem título de eleitor.

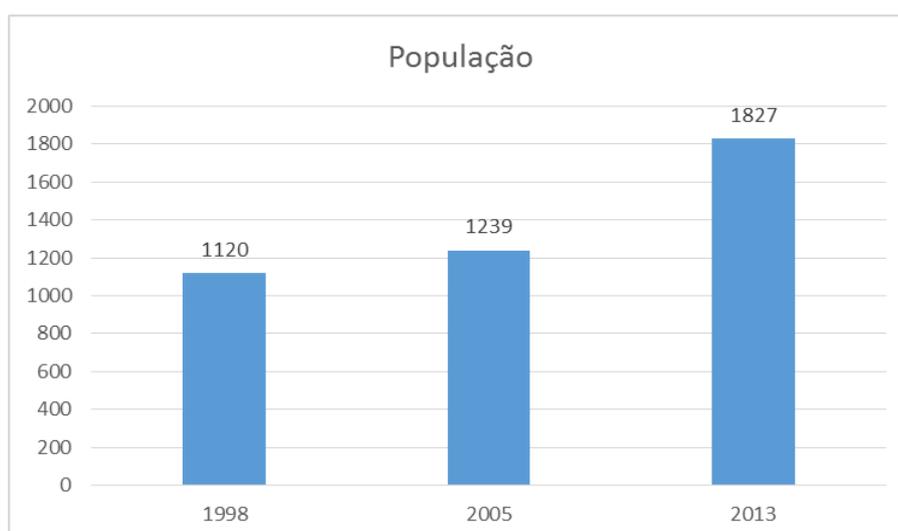
A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua é um passo fundamental para o conhecimento dessas pessoas e principalmente mostrar a dificuldade enfrentada na luta pela sobrevivência e o abandono social que elas se encontram. No entanto, é preciso a realização de novas pesquisas para atualização dos dados e verificação se houve alguma melhoria nas condições de vida dessas pessoas, ou até mesmo o recrudescimento desta população em situação de rua. A partir do momento em que essas pessoas saem da invisibilidade e tornam-se conhecidas é possível a elaboração de metas, estratégias e políticas públicas para enfrentamento deste problema recorrente, mas deve haver o engajamento do Estado e da sociedade para isso.

6 Análise do Censo de Belo Horizonte 2013

No total foram realizados três censos em Belo Horizonte sobre população em situação de rua em 1998, 2005 e o mais recente realizado em 2013, publicado em 2014. Conforme foi ressaltado, esses levantamentos permitem conhecer desse público, dar diagnósticos e elaborar políticas públicas para enfrentamento ao problema.

Os dados mostram o crescimento paulatino da população em situação de rua desde o primeiro censo, deixando claro que as políticas públicas ora estabelecidas não têm sido suficientes para prevenir que as pessoas entrem em situação de rua. O gráfico abaixo mostra o crescimento desta população desde 1998:

Gráfico 5 - Crescimento População em Situação de Rua em Belo Horizonte



Fonte: Censo População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte, 1998, 2005 e 2013, PBH

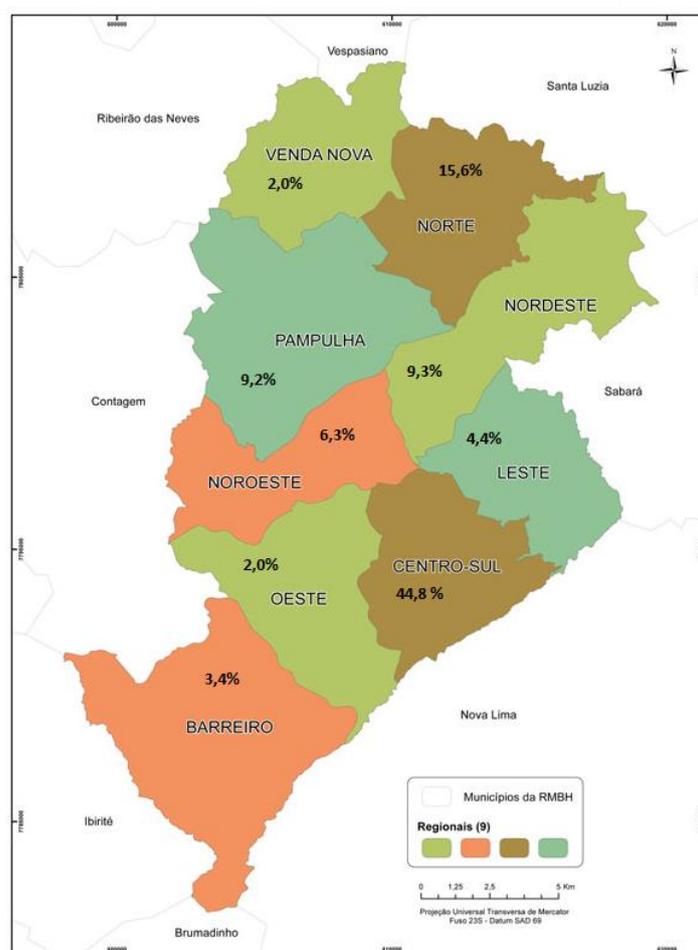
De 1998 a 2005, houve um crescimento de 10,6%, de 2005 a 2013, o crescimento foi de 47,4%, de 1998 a 2013 o crescimento acumulado foi de 63,1%. Nota-se um crescimento mais acentuado nos últimos dois censos especialmente no último. Esse crescimento maior pode ser motivado pela crise econômica que o Brasil enfrenta nos últimos anos, considerando que o aumento do número de desempregados, lembrando que o desemprego é umas das três maiores motivações para que a pessoa se encontre em situação de rua.

Em seguida serão demonstrados os dados coletados no último censo de 2013.

6.1 Distribuição Geográfica

Belo Horizonte possui uma população em situação de rua distribuída por toda a cidade, mas a maior parte, quase a metade (44,8%), concentra-se na região centro-sul da capital. Destaca-se que nesta região encontram-se instalados alguns aparelhos públicos como abrigos, além disso nessa região fica o bairro Lagoinha, local, conforme mencionado, conhecido pelos pontos de consumo de drogas, principalmente o crack, conhecidos por “crackolândia”. O mapa abaixo mostra a distribuição dessa população, por região, em porcentagens:

Mapa 4 - Distribuição Geográfica da População em Situação de Rua em Belo Horizonte



Fonte: IBGE 2007, PRODABEL 2011, SMAPL, 2011, Censo População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte 2013, PBH.

Dentro das regionais, diferentes pontos foram utilizados para a coleta dos dados: instituição de acolhimento (51,1%), calçada (46,2%), praças (11,7%), baixios de viadutos (5,5%), restaurante popular (0,7%), terrenos baldios (0,4%) e outros locais (2,6%).

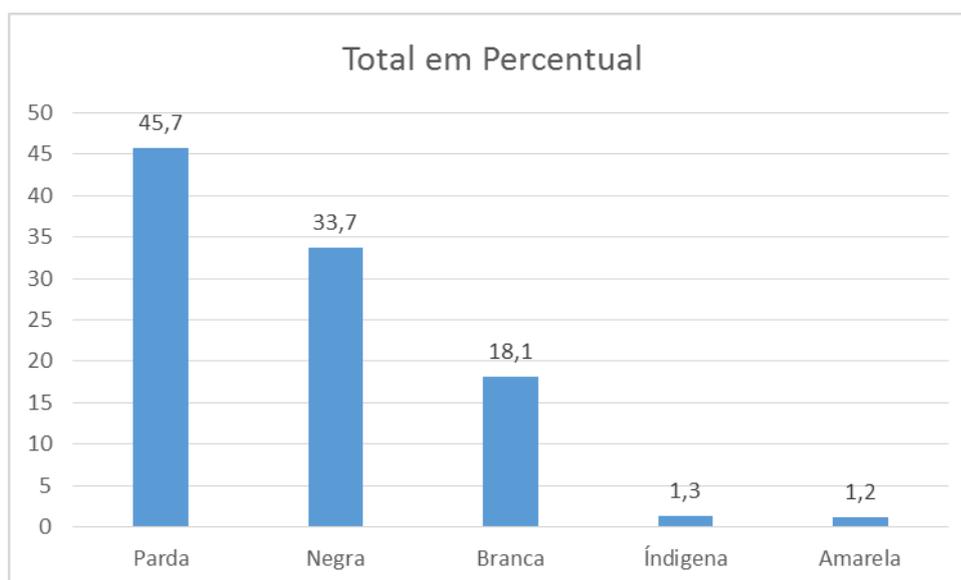
6.2 Características

A população em situação de rua em Belo Horizonte é predominantemente masculina com 86,8%, sendo apenas 13,2% do gênero feminino. Em todas as regionais os percentuais são semelhantes, com a predominância do gênero masculino.

A maior parte dessas pessoas possuem uma faixa etária que varia dos 21 aos 55 anos de idade, sendo a maior parte concentrada entre os 31 e 45 anos, tanto para homens quanto para mulheres.

Relativo à cor da pele, semelhante à pesquisa nacional a maior parte é constituída de pardos (45,7%) e negros (33,7%), o restante declarado somados não chegam à metade das duas primeiras que predominam:

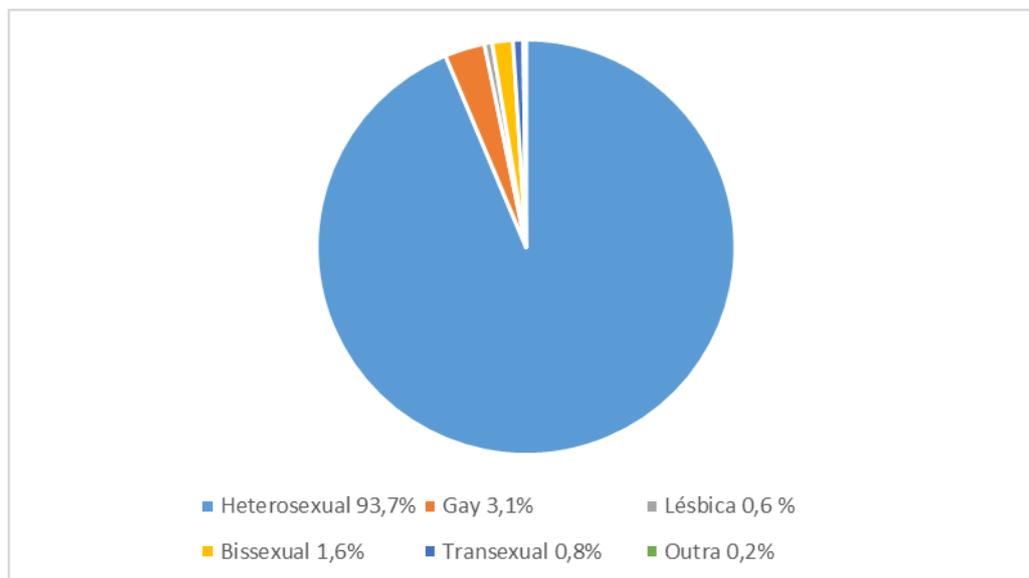
Gráfico 6 - População em Situação de Rua por Cor da Pele



Fonte: Censo População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte 2013, PBH.

A maior parte da população em situação de rua é constituída por aqueles que se declaram heterossexuais (93,7%) e os demais se declararam em outras categorias de orientação sexual:

Gráfico 7 - População em Situação de Rua por Orientação Sexual



Fonte: Censo População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte 2013, PBH.

6.3 Escolaridade

O censo mostra que, no geral, a população de rua é alfabetizada, 82,2% disseram saber ler e escrever, 12,8% somente sabem assinar o próprio nome e 5% não sabem ler ou escrever, ou seja, são analfabetos. 4,4% declaram nunca ter ido à escola, 26% cursaram o ensino básico incompleto, 6,3% possuem o ensino básico completo, 27,7% o ensino fundamental incompleto, 11,8% o fundamental, 9,1% disseram ter o médio ou técnico incompleto, 11,1% o médio ou técnico completo, 1,6% superior incompleto e 1,4% relataram ter o superior completo.

6.4 Origem

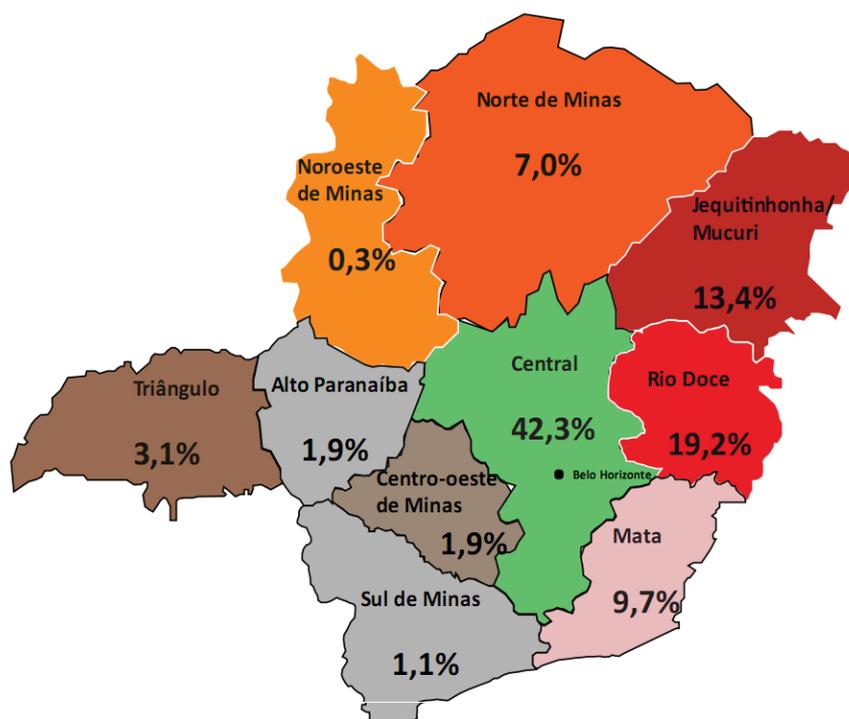
A maior parte das pessoas em situação de rua não nasceram e são de fora de Belo Horizonte. 35,5% nasceram em Belo Horizonte, 39,7% em outra cidade de Minas Gerais e 24,5% em outro estado da federação e 0,3% nasceram em outro país, ou seja 64,2% desta população é de fora de Belo Horizonte. 45,8% afirmaram ter nascido

no local de onde vieram para Belo Horizonte, 80% viva em zonas urbanas anteriormente, e 23,6% viveram toda a vida em Belo Horizonte.

A maior parte daqueles que vieram para Belo Horizonte, são de cidades do interior de Minas Gerais (34,9%). Destacam-se o número de pessoas oriundas do Estado de São Paulo (6,9%), Estado do Rio de Janeiro (4,7%), Bahia (4,7%), Espírito Santo (4,7%) e Goiás (1%).

Dentro do Estado de Minas Gerais, a região central que possui mais pessoas oriundas, seguido pela região do Rio Doce, Jequitinhonha/Mucuri:

Mapa 5 - Origem Geográfica da População em Situação de Rua por Regiões em Minas Gerais



Fonte: Censo População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte 2013, PBH.

Relativo à motivação para virem para Belo Horizonte, 47,2% declararam terem vindo à procura de trabalho, 6,25% para tratamento de saúde, 17,8% por conflitos familiares, 18,4% para acompanhamento familiar, 1% por pena prisional, 3,1% por terem sido ameaçados e 8,75% por considerarem Belo Horizonte uma cidade acolhedora.

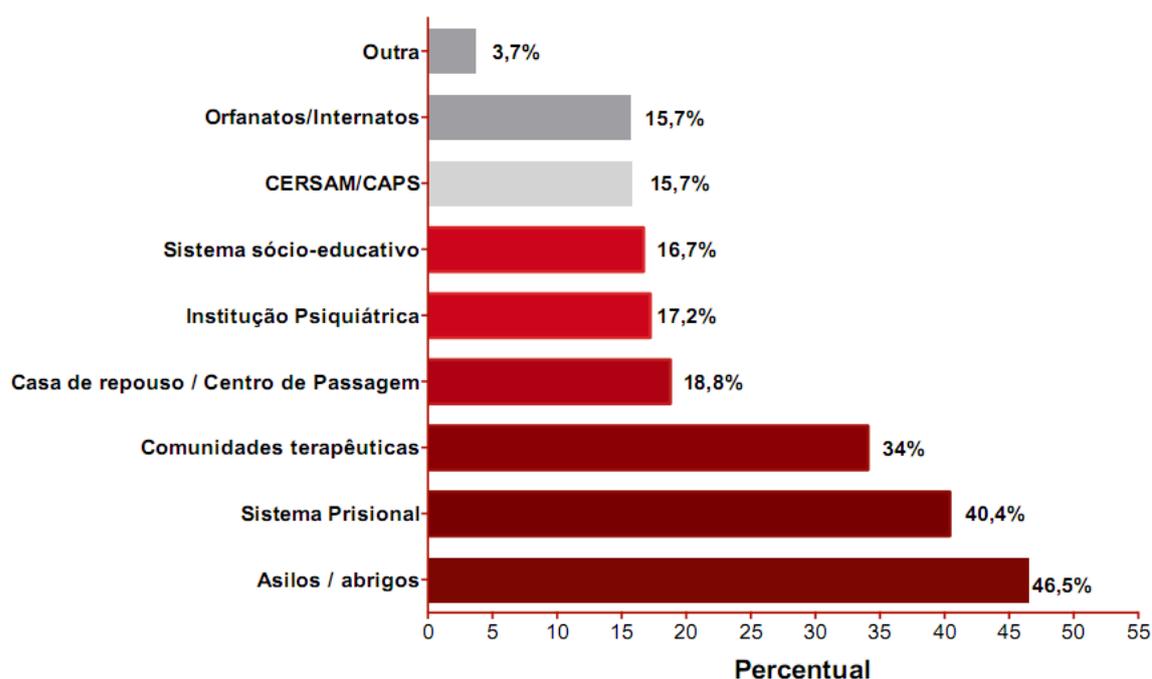
Em relação aos motivos para ficarem em Belo Horizonte, 31,3% disseram que era para trabalhar, 22,4% pelo fato da cidade ser acolhedora, 16,7% alegam

dificuldades para voltar para casa, 16,5% não querem voltar para casa, 5,7% pelos serviços ofertados em Belo Horizonte e 26% por outros motivos.

6.5 Institucionalização

O histórico de uso de instituições passa principalmente por abrigos, sistema prisional e comunidade terapêuticas:

Gráfico 8 - Passagens por instituições



Fonte: Censo População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte 2013, PBH.

Esses dados destacam-se pelo número egresso do sistema prisional e de comunidades terapêuticas, podendo-se estabelecer uma relação com o problema do vício em drogas que é uma das principais causas que leva a pessoa à situação de rua.

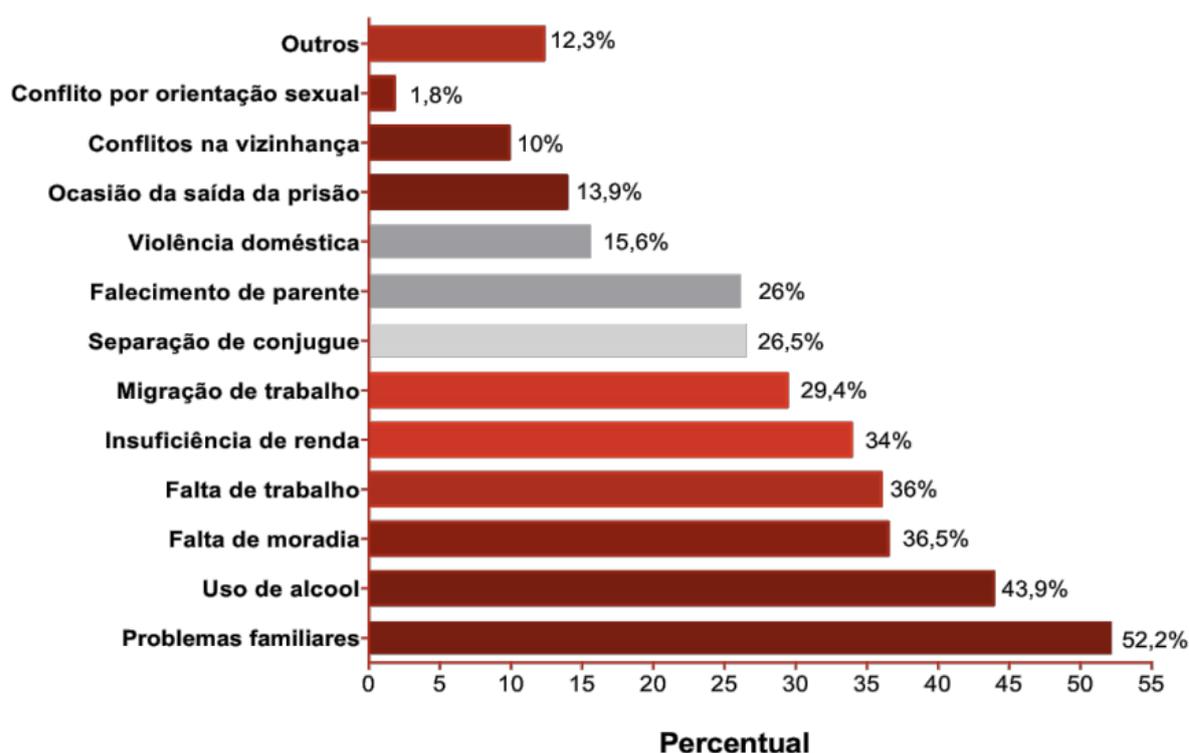
Ademais, 64,1% afirmaram viverem sozinhos nas ruas, 30% vivem em grupo, 4,7% com algum parente e 1,2% com o cônjuge ou companheiro. Em relação à frequência com que encontram familiares, 39,2% afirmaram nunca encontrar com familiares, 7% encontram todos os dias, 12,5% uma vez por semana, 11% uma vez ao mês, 14,6% uma vez a cada 6 meses e 15,3% uma vez por ano. Esses dados

reafirmam o desfazimento dos vínculos familiares e o quanto isso influencia o indivíduo em situação de rua.

6.6 Motivos que Levaram às Ruas

O censo mostra várias causas que motivaram à pessoa a viver em situação de rua, mas o destaque é para as três principais causas, desemprego, conflito familiar e vício e álcool e/ou outras drogas:

Gráfico 9 - Motivação para viverem em situação de rua



Fonte: Censo População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte 2013, PBH.

O censo divide em algumas categorias que podem ser incluídas em problemas familiares, como violência doméstica, separação do cônjuge e falecimento de parente. Isso mostra como a desestruturação familiar tem um peso fundamental para a decisão de ir para uma situação de rua e ressalta o trabalho preventivo que deve ser realizado com intuito de reforçar os vínculos e a boa relação familiar.

6.7 Sobrevivência Diária

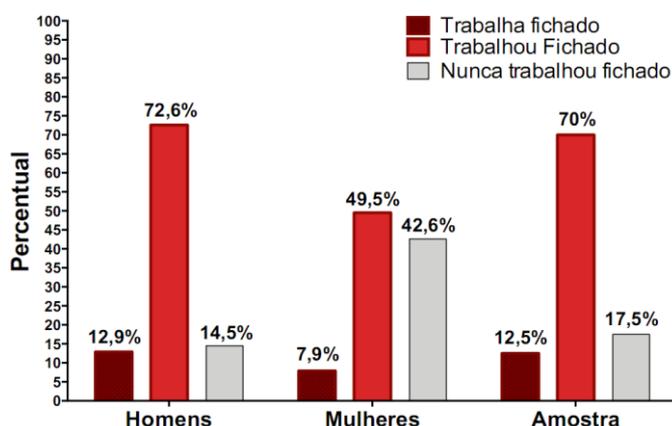
Esses dados referem-se às questões de trabalho utilização de abrigos e higiene. Como já falado, muitos não gostam de utilizar abrigos para pernoitarem preferindo as ruas. 33,5% alegaram inflexibilidade de horários e regras, 25,6% falta de segurança, 16,3% acessibilidade, 16% desconhecimento da localização, 15% maus tratos, 4% falta de vagas e 27,6% outros motivos. É fato que os abrigos em Belo Horizonte possuem problemas que devem ser corrigidos com urgência, pois eles podem ser o início de uma mudança para essas pessoas conseguirem sair das ruas.

Em relação à higiene pessoal, 31% utilizam os albergues/abrigos para se higienizarem, 13,8% as ruas e outros locais públicos, 10,8% os centros de referência, 10% outros locais, 8,5% estabelecimento comercial, 5,5% banheiro público e 20,5% não souberam ou responderam. Esses dados assemelham-se aos dados da pesquisa nacional, revelando que em todo Brasil as pessoas em situação de rua possuem uma rotina semelhante.

6.7.1 Trabalho

Conforme os dados nacionais relativos a trabalho, os dados de Belo Horizonte se assemelham, o destaque vai para o número de mulheres que nunca trabalharam com vínculo de trabalho formal (carteira assinada):

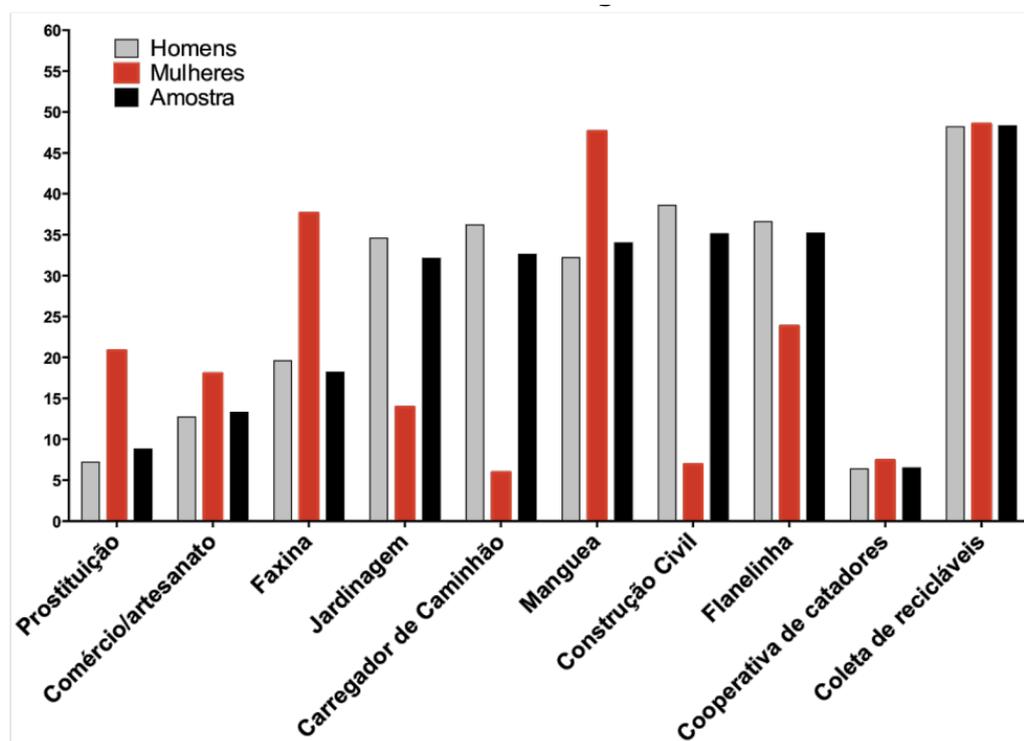
Gráfico 10 - Formalidade trabalhista



Fonte: Censo População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte 2013, PBH.

Em relação às atividades mais realizadas a que mais se destaca é a coleta de materiais recicláveis, seguindo a tendência nacional.

Gráfico 11 - Trabalhos mais exercidos



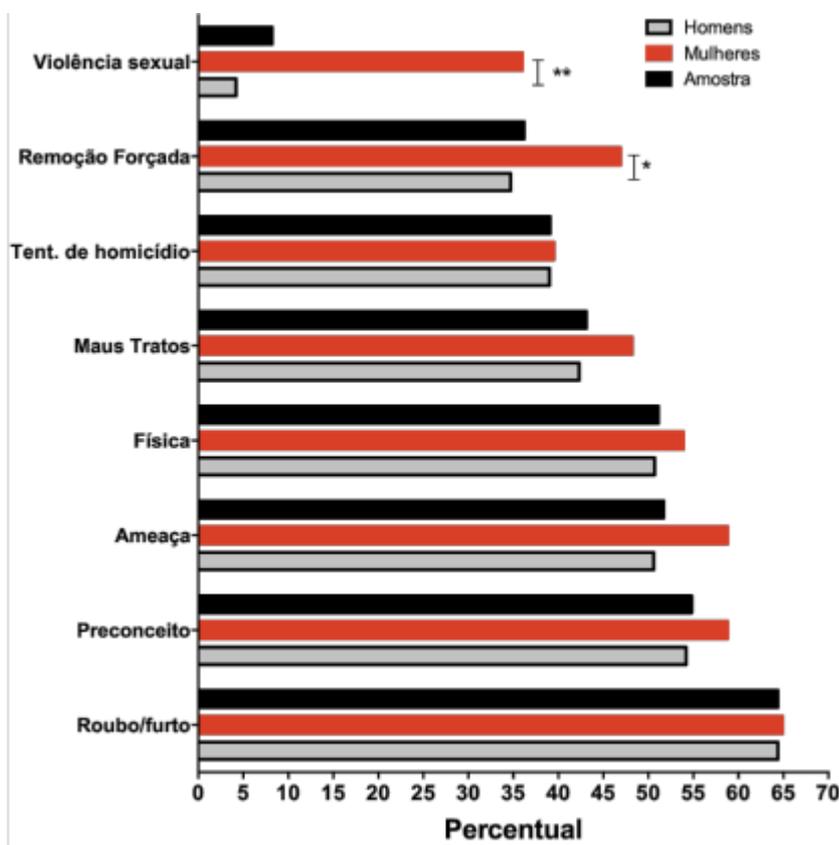
Fonte: Censo População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte 2013, PBH.

6.8 Violência e vitimização

No que tange à violência, a pesquisa mostra que os maiores causadores de violência contra a população em situação de rua são os próprios agentes públicos, totalizando 44,5%. Há, também um quadro de violência entre as próprias pessoas, que somam 43,1%. Os restantes das agressões, segundo a pesquisa, foram cometidos por civis (20,7%).

Relativo aos tipos de violência as que mais se destacam são as patrimoniais (furto e roubo), seguido de ameaça, preconceito, violência física, maus-tratos e remoção forçada. Muitas vezes, esses atos de violência ficam na clandestinidade, isso quando não perpetrados pelo Estado na figura de seus agentes. Como essa parcela não é vista socialmente, esses dados acabam, em maioria, na chamada cifra negra, sem haja alguma intervenção estatal com a consequente responsabilização dos autores dos atos violentos.

Gráfico 12 - Atos de Violência mais Recorrentes



Fonte: Censo População em Situação de Rua e Migrantes de belo Horizonte 2013, PBH.

Conforme o gráfico acima revela, as mulheres são quem mais sofrem com os atos de violência relatados na pesquisa.

Portanto, é preciso conhecer a realidade para transformá-la somente com um acompanhamento incisivo será possível mitigar o problema da violência, seja ela endógena ao grupo, ou exógena, vindo de agentes agressores diversos.

6.9 Interação com os Serviços Públicos

Segundo a pesquisa, 94% dos entrevistados querem sair da situação de rua, ou seja, a rua é uma condição que a pessoa não quer, mas torna-se uma necessidade devido os problemas enfrentados. Os esforços devem-se concentrar em ações que previnam a ida da pessoa para a situação de rua, evitando todo uma cadeia de sofrimento e privações.

O censo mostra que os serviços mais utilizados são os serviços de acolhimento 46,1%, seguido da abordagem assistencial realizada nas ruas 32,5%, depois os centros de referência (31,7%), o terceiro setor (ONGs e similares) (30,7%), e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (24,1%). 78% afirmaram ter algum documento, sendo o documento mais recorrente a carteira de identidade (65,7%), 23,3% alegaram não possuir nenhum tipo de documento.

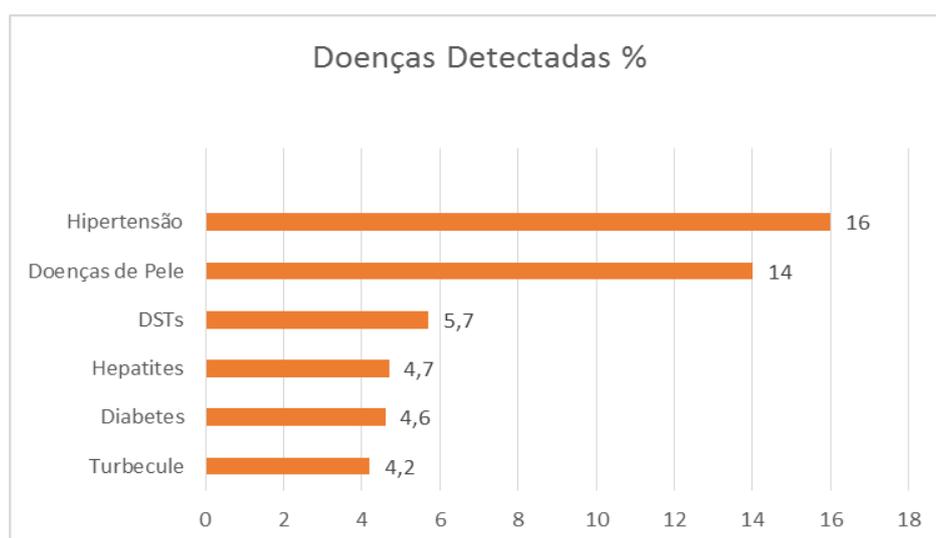
Dos benefícios sociais, o mais utilizado é o bolsa família (31,2%), seguido da aposentadoria/ pensão (6,8%) e o benefício conhecido como LOAS oriundo da Lei Orgânica de Assistência Social (6%).

6.10 Saúde

O censo traz dados a respeito da saúde dos entrevistados, observando as doenças que mais os acometem, as deficiências relatadas, doenças mentais, uso de álcool e outras drogas e tabagismo. A pesquisa também aponta os locais onde as pessoas em situação de rua tratam da saúde.

Dentre as doenças mais recorrentes estão aquelas relacionadas com a pele, possivelmente, devido à alta exposição ao sol sem a proteção adequada, em seguida a hipertensão e doenças sexualmente transmissíveis (DST):

Gráfico 13 - Doenças Detectadas

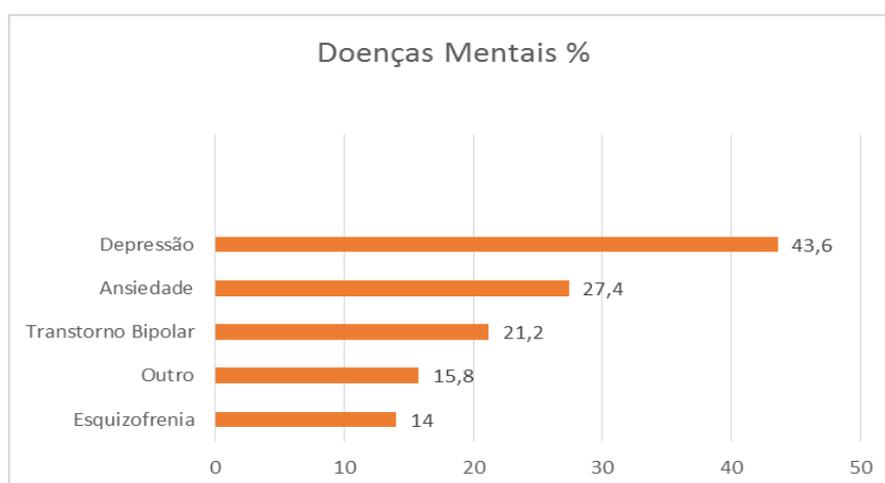


Fonte: Censo População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte 2013, PBH.

As deficiências físicas são as mais frequentes (13,2%), seguido da deficiência mental (5,1%), auditiva (2%) e visual (5,5%).

Entre as doenças mentais a principal é a depressão, seguida da ansiedade. Conforme o censo aponta, 94% querem sair da situação de rua, ou seja, a situação de rua não é desejada, mas muitas vezes torna-se a única opção frente às dificuldades, além disso, a invisibilidade social e o abandono agravam o quadro podendo gerar processos de ansiedade e depressão:

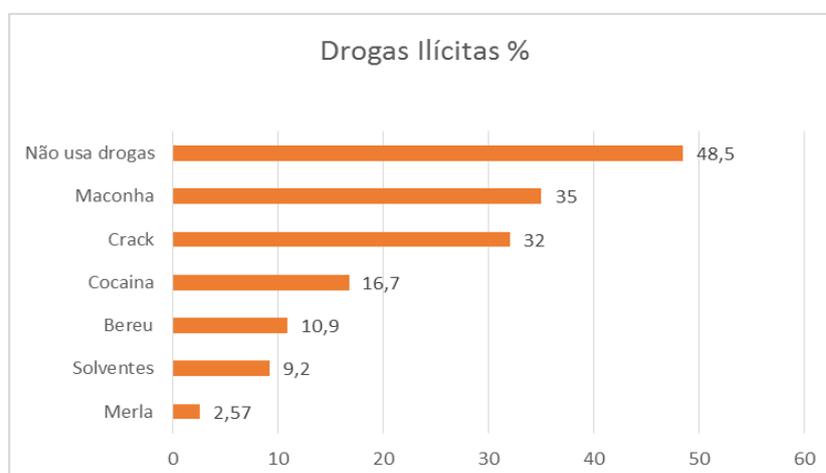
Gráfico 14 - Doenças Mentais



Fonte: Censo População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte 2013, PBH.

O censo aponta que 48,5% dos entrevistados não usa nenhum tipo de droga ilícita. A droga ilícita mais utilizada é a maconha, seguida do crack:

Gráfico 15 - Drogas Ilícitas



Fonte: Censo População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte 2013, PBH.

O álcool é a droga (lícita) mais consumida pelos entrevistados, 69,5% afirmaram fazer uso de álcool. Do total que afirmou usar álcool, 50,2% afirmou que só utiliza durante o dia, 27,4% relatou usar de duas a três vezes por semana, 16,6% de duas a quatro vezes por mês e 5,5% todas as noites.

O tabagismo também é uma prática comum entre os entrevistados, 74,7% relatou fazer uso do cigarro de tabaco. Em relação à frequência de uso, 40% afirmou fumar dez ou menos cigarros por dia, 12% disseram usar de onze a vinte cigarros por dia, 27% consome um maço por dia (segundo a portaria 116 do INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial- um maço deve conter 20 cigarros) e 20,6% mais de um maço por dia.

Nos três últimos meses anteriores à pesquisa, os serviços de saúde mais utilizados, foram os centros de saúde (38,3%), consultórios de rua (14,2%) e os CERSAM (Centro de Referência em Saúde Mental). Para se tratarem, os entrevistados procuraram em sua maioria (49%) os hospitais, as UPA's (Unidades de Pronto Atendimento) e os postos de saúde, em seguida os centros de saúde (44,2%), 2,3% procuraram farmácias privadas, 1,3% organizações de apoio, 3,6% outros lugares e 10,4% disseram não procurar nenhum local para tratar da saúde. Para conseguirem medicamentos os locais onde mais eles recorrem são os centros de saúde, hospitais, UPA e postos de saúde.

7 CONCLUSÃO

A evolução social ocorre paulatinamente mudando os usos e costumes das pessoas. Ao longo da história, percebe-se as mudanças na organização das instituições humanas, como a revolução que levou vários lugares do mundo a se tornarem urbanos. A urbanização carrega muitos avanços que se traduzem em bem-estar social, porém há várias máculas que persistem ao longo do tempo. A organização do trabalho gera sistemas competitivos nos quais somente uma parcela da sociedade será absorvida, criando situações lacunas nas quais alguns ficam excluídos do sistema formal, cabendo-lhes apenas viverem às margens desta sociedade concebida. Portanto, muitos viveram e vivem suas vidas na obscuridade na clandestinidade da penúria social, sem serem vistos ou notados na luta pela sobrevivência. Um exemplo disso são as pessoas em situação de rua, que sobrevivem nas ruas, muitas vezes, por falta de opção, somente como alternativa derradeira para manutenção da vida.

No mundo inteiro, mesmo nos países mais desenvolvidos é possível encontrar pessoas vivendo em situação de rua. Pessoas maculadas pelo manto da invisibilidade social: viver sem ser visto, ouvido ou percebido. A indiferença e a ignorância marcam sistematicamente a sobrevivência diária dessas pessoas. Poucos são aqueles que buscam compreender e procurar caminho que ajude a restabelecer a pessoa em situação de rua. Geralmente a pessoa em situação de rua só é vista quando gera incomodo e repulsa social, seja por seus trajes maltrapilhos, por seu odor, ou seu estado emocional, porém muitos se esquecem que essas pessoas estão daquela maneira por travarem diariamente uma luta pela sobrevivência, mesmo com os poucos recursos e ferramentas que dispõem para isso.

No Brasil também existem atualmente muitas pessoas vivendo em situação de rua invisíveis socialmente. O Brasil é marcado pela desigualdade social e os bolsões de pobreza que são formados. Problemas como *déficit* de moradias, saúde, educação e segurança são desafios a serem enfrentados por toda sociedade brasileira. A dinâmica social (desorganização social) encontrada permite o agravamento da violência, pois não há controle por parte do Estado e nem da sociedade. As pautas definidas não conseguem fazer germinar a semente da mudança social que amenize o quadro da pobreza e os problemas que dela advém.

A violência atinge a todos os brasileiros, direta ou indiretamente, não só aquela violência direta, mas a violência institucional e a simbólica que, muitas vezes, nem são percebidas de maneira geral, mas quando se reflete sobre o quadro atual é perceptível a forma como elas ocorrem e os mais desvalidos são aqueles os mais prejudicados.

As pessoas em situação de rua, no Brasil, até recentemente eram vistas (quando vistas) pelo Estado como contraventores penais. Porém o legislador pátrio, cego que estava, não havia percebido, que eles não eram autores, mas vítimas da desigualdade social e da incompreensão da sociedade que não conseguiam perceber nessas pessoas a marca da estigmatização e do preconceito.

Ao longo dos anos, a abordagem ao problema é guiada pela repressão e coerção, pautada num Estado policialesco. O enfrentamento não carrega um enfoque preventivo, passado por políticas preventivas, no âmbito da assistência social e seguridade social. As intervenções que ocorrem não conseguem resolver o problema e muitas vezes são marcadas pela violência perpetrada pelo próprio Estado, sendo infrutíferas e ineficazes.

Quando se observa o sistema carcerário brasileiro, que possui em sua maioria, uma massa de pessoas oriundas das camadas sociais mais pobre, percebe-se a forma como as políticas estão sendo conduzidas de maneira errônea. Da década de 90 até os dias atuais, a população carcerária aumentou mais de dez vezes, porém não houve a diminuição da violência, ao contrário mostra-se em uma escalada sem precedentes. Se não houver uma mudança de enfoque (abordagem), como o caso da população em situação de rua e como o exemplo citado do sistema carcerário que hoje ocupa o quarto lugar no mundo em número de presos.

É preciso rever o sistema social que vem sendo construído, o sistema jurídico em voga, principalmente no que tange essa população mais desvalida, que são os mais afetados e, conseqüentemente, os mais presos, incluindo as pessoas em situação de rua. Deve haver uma ampla discussão para que os erros cometidos ao longo dos anos sejam apontados. A mudança deve passar principalmente na forma de enfrentamento aos problemas sociais, deve ser dado um tratamento às causas, dificilmente será possível resolver os problemas combatendo os efeitos.

Portanto, o momento exige correção e planejamento público com o intuito de mudar a realidade atual. Deve haver sinergia entre os esforços estatais e um trabalho conjunto que se esforce principalmente para evitar que a pessoa chegue à situação de rua e uma vez que chegue, que saia o mais rápido possível. O esforço também

passa pela conscientização e informação à sociedade para que haja a quebra de paradigmas e do preconceito e para que as pessoas enxerguem a desigualdade social como um problema de todos independentemente de qualquer condição social, posto que a nação brasileira deve ser fruto de uma construção conjunta que conglomerar a todos sem distinção.

Iniciar mudanças, ainda mais quando não carregam mudanças que geram interesses de determinados grupos sociais, é uma tarefa árdua, mas tem que ser necessariamente enfrentada. Pois só há justiça social, se todos indistintamente puderem usufruir das conquistas humanas voltadas para uma vida melhor e plena.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Eduardo. **Pirâmide de Maslow - Hierarquia das Necessidades**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-mdRHwziNpU>>. Acesso em: 18 out. 2016.

ALVES, Gisele. **O CRIME COMO UM PROBLEMA SOCIOLÓGICO**: Modelos teóricos em questão. Disponível em: <http://docplayer.com.br/22519886-O-crime-como-um-problema-sociologico-modelos-teoricos-em-questao-professora-gisele-alves.html#show_full_text>. Acesso em: 06 set. 2016.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**: Vida, Genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. 1ª. ed. São Paulo: Geração, 2013. 223 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

AULALIVRE.NET - YOUTUBE - MARQUITO. **Geografia - urbanização brasileira**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Exvo_AW6Yz0>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BAETA, Juliana. **Conheça os serviços municipais para a população de rua em BH**. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/conhe%C3%A7a-os-servi%C3%A7os-municipais-para-a-popula%C3%A7%C3%A3o-de-rua-em-bh-1.1012318>>. Acesso em: 26 out. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/busca/indicadores%20economicos%20do%20brasil>>. Acesso em: 12 out. 2016.

BEATO F., Cláudio; TOTINO PEIXOTO, Betânea; VIEGAS ANDRADE, Mônica. **CRIME, OPORTUNIDADE E VITIMIZAÇÃO**. Belo Horizonte: [s.n.], [2011]. 55 p. v. 19.

BELO HORIZONTE. Instrução Normativa Conjunta n. 01, de 23 de nov. de 2016. **Disciplina a atuação dos agentes públicos junto à População em Situação de Rua, no Município de Belo Horizonte**. Prefeitura de Belo Horizonte. 4452. ed. Belo Horizonte, p.1-1, dez. 2013. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1112251>>. Acesso em: 28 out. 2016.

BICALHO, Renata de Almeida; PAULA PAES DE PAULA, Ana, II ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÃO DE TRABALHO, 2009, Curitiba/ PR. **Violência Simbólica: uma Leitura a partir da Teoria Crítica Frankfurtiana**. Curitiba - PR: [s.n.], 2009. 14 p.

BORGES, Fernando. **Goiânia teve 61 moradores de rua mortos em três anos, segundo UFG**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/03/goiania-teve-61-moradores-mortos-em-tres-anos-diz-pesquisa-da-ufg.html>>. Acesso em: 04 out. 2016.

BRASIL, **Lei de Contravenções Penais**. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.

BRASIL, SENADO FEDERAL. **Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890 - promulga o código penal.** Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/listapublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 02 ago. 2016.

BRASIL. n. 7053, de 23 de dez. de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.** Presidência da República. Brasília, p. 1-1, dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 07 set. 2016.

BRASIL. **Mercado melhora previsão para o PIB de 2016.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/09/mercado-melhora-previsao-para-o-pib-de-2016>>. Acesso em: 13 out. 2016.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.** 1ª. ed. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2008. 25 p.

BRASIL. Portaria n. 116, de 23 de nov. de 2016. 116. **Regionais administrativas de Belo Horizonte.** INMETRO. [S.l.], p. 1-1, maio. 1989. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC000092.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.

BRÊDA, Jéssica Frota de Almeida. **O Morador de Rua e o Crack: A Sobrevivência nos Bairros de Pajuçara, Ponta Verde d Jatiúca, em Maceió-Al.** Disponível em: <https://www.academia.edu/6363169/O_MORADOR_DE_RUA_E_O_CRACK_A_SO_BREVIVENCIA_NOS_BAIRROS_DE_PAJUCARA_PONTA_VERDE_E_JATIUCA_EM_MACEIO_AL>. Acesso em: 11 set. 2016.

CÂMARA, Luciene. **Programa contra o crack não tem alcance esperado em BH.** Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/programa-contr-o-crack-n%C3%A3o-tem-alcance-esperado-em-bh-1.1143040>>. Acesso em: 29 set. 2016.

CARVALHO, Andressa. **A família na atualidade.** Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/psicologia/a-familia-na-atualidade.htm>>. Acesso em: 16 out. 2016.

COELHO, Elaine. **A Ecologia do Crime.** Disponível em: <<http://www.nossacasa.net/recomeco/0056.htm>>. Acesso em: 06 set. 2016.

DA COSTA, Fernando Braga. **Moisés e Nilce:** retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e

entrevistas. 2008. 403 p. Doutorado - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DA SILVA, Allan Márcio Vieira. **O Surgimento do Movimento Nacional da População de Rua**. [S.l.: s.n.], 2014. 1-18 p. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/alavieira/pop-rua-sumrio>>. Acesso em: 08 out. 2016.

DE PAULA, Sara Conceição. **CAPITALISMO, QUESTÃO SOCIAL E AS FORMAS DE ENCARCERAMENTO: UM ESTUDO SOBRE O CENTRO POP**. [S.l.: s.n.], 2014. 25 p.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E SOCIAL. **Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro POP**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-pop/centro-pop>>. Acesso em: 24 out. 2016.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONCEITOS E MENSURAÇÃO**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/confest_e_confefe/pesquisa_trabalhos/CD/trabalhos.../714_2.ppt>. Acesso em: 04 set. 2016.

FONTENELE, Elias. **ESPECIAL: Moradores de rua vivem sob a invisibilidade social em Teresina**. Disponível em: <<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/especial-moradores-de-rua-vivem-sob-a-invisibilidade-social-em-teresina-283745.html>>. Acesso em: 06 set. 2016.

GOMES, Daniel. **Aula 42 - Sociologia - Violência e Sociedade**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ox-JUUnrgRYw>>. Acesso em: 14 out. 2016.

H. MASLOW, Abraham. **Introdução à Psicologia do Ser**. [S.l.]: Eldorado, 1962. 252 p. v. 1.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

IBGE. **Projeção da população**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

IBGE. **Indicadores conjunturais em 2016 - por mês**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores.php>>. Acesso em: 16 out. 2016.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **MP dá 10 dias para PBH responder à recomendação para fechar maior albergue de Belo Horizonte**. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/07/09/interna_gerais,781708/mp-da-10-dias-para-pbh-responder-a-recomendacao-para-fechar-maior-albe.shtml>. Acesso em: 27 out. 2016.

KIEFER, Sandra; LOPES, Valquiria. **Crack se espalha por BH**. Disponível em: <<https://frontierfloating.wordpress.com/page/15/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

LIMA, Wilson. **195 moradores de rua foram assassinados desde o começo do ano**. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-08-02/195-moradores-de-rua-foram-assassinados-desde-o-comeco-do-ano.html>>. Acesso

em: 07 out. 2016.

MAIA, Ana Claudia et al. **Moradores de rua: sociedade invisível**. Guarapuava, PR: [s.n.], 2008. 5 p.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **O capital - capítulo XXIV: A Chamada Acumulação Original**. Publicado segundo o texto da 4.^a Edição alemã de 1890. Traduzido do alemão. ed. Alemanha: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!", 1867.

META Instituto de Pesquisa de Opinião; MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. **PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**. [S.l.:s.n.], 2008. 16 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Recomendação 01 - 2016**. Belo Horizonte: [s.n.], 2016. 12 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Recomendação Conjunta reforça projeto Rua do Respeito**. Disponível em: <<http://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/recomendacao-conjunta-reforca-projeto-rua-do-respeito.htm#.WDUHFRRorkUI>>. Acesso em: 25 out. 2016.

MUNDO VESTIBULAR. **Processo de urbanização brasileira**. Disponível em: <<http://www.mundovestibular.com.br/articles/7203/1/processo-de-urbanizacao-brasileira/paacutegina1.html>>. Acesso em: 17 set. 2016.

Music Planet. **Causa e Efeito - Famílias em Colapso (documentário)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YxUSgeX38VQ>>. Acesso em: 16 out. 2016
PINTO, Tales. **Higienismo urbano e exclusão social no Império**. Disponível em: <<http://alunosonline.uol.com.br/historia-do-brasil/higienismo-urbano-exclusao-social-no-imperio.html>>. Acesso em: 11 set. 2016.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **PRÁTICA POLICIAL BÁSICA Caderno Doutrinário 2: TÁTICA POLICIAL, ABORDAGEM A PESSOAS E TRATAMENTO ÀS VÍTIMAS**. 1. ed. Belo Horizonte: [s.n.], 2011. 137 p.

PORTO, Juliana. **Invisibilidade Social: INVISIBILIDADE SOCIAL E A CULTURA DO CONSUMO**. [S.l.: s.n.], [2013]. 1 - 4 p.

PRATES, Jane Cruz, MACHADO, Flávio; MACHADO, Simone. **POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA: OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO PRECÁRIA VIVENCIADOS POR ESSE SEGMENTO**. Brasília: Temporalis, 2011. 12 p. v. 22.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. PBH. **BH é exemplo para o país em atendimento à população de rua**. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=43986&pIdPlc=&app=salanoticias>>. Acesso em: 26 out. 2016.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. PBH. **Políticas Públicas para a População em Situação de Rua de Belo Horizonte – Minas Gerais - Brasil.** Belo Horizonte: [s.n.], [2013]. 21 p.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Regionais administrativas de Belo Horizonte.** Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=131971091>>. Acesso em: 29 out. 2016.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Terceiro Censo de População em situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte.** [S.l.: s.n.], 2014. 60 p.

QUEIROZ, Maurício de Campos et al. **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: segurança pública, fraternidade ou justiça social?** [S.l.: s.n.], 2009. 12 p.

RICCI, Thiago; ANDRADE, Gustavo. **Complexo da Lagoinha reúne usuários de drogas.** Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000534916/complexo-da-lagoinha-re%C3%BAne-usu%C3%A1rios-de-drogas.html>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

RICHAD, Ivan. **Brasil fechou mais de 94 mil postos de trabalho em julho.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-08/brasil-fechou-mais-de-94-mil-postos-de-trabalho-em-julho>>. Acesso em: 15 out. 2016.

RODRIGUES, Igor, **Pesquisa Confronta Mitos e Preconceitos sobre Moradores de Rua.** Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2015/04/23/pesquisa-confronta-mitos-e-pre-conceitos-sobre-moradores-de-rua/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

RODRIGUES, Patrícia Matos Amatto. **A nova concepção de família no ordenamento jurídico brasileiro.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 69, out 2009. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6792>. Acesso em 05 out. 2016.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais.** Coimbra - Portugal: Revista Crítica de Ciências Sociais, 2015. Disponível em: <<http://URL: http://rccs.revues.org/6169>>. Acesso em: 27 out. 2016.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** 5ª. ed. São Paulo: EDUSP, 1993. 171 p. v. 5.

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA E SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MDS. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. 1ª. ed. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011. 116 p. v. 3.

SILVA, Valeria Getúlio De Brito e. **O MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA**. Brasília: [s.n.], 1999. 136 p.

SILVA, Wanderson Nunes; MARIA HÜNING, Simone. **DE MORADOR DE RUA A CRIMINOSO**. [S.l.: s.n.], 2015. 1 – 25 p. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1479>>. Acesso em: 22 set. 2016.

SUELLEN, Sabrina. **Teoria Comportamental**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/bynnaa/teoria-comportamental-slide>>. Acesso em: 20 out. 2016.

TOMÁS, Júlia Catarina De Sá Pinto. A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica. **VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**, Lisboa, Portugal, n. 285, jun. 2.

TOMAZZONI, Márcia Luísa et al. **Invisibilidade Social**. [S.l.]: Revista Eletrônica São Judas Tadeu, [2013].

TRUFFI, Renan. **Holocausto brasileiro: 60 mil morreram em manicômio de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/mg/2013-07-12/holocausto-brasileiro-60-mil-morreram-em-manicomio-de-minas-gerais.html>>. Acesso em: 28 out. 2016.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva *et al.* **Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização**. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 7, n. 21, pp. 556 a 605, dezembro de 2008.

VAZ, Luiz Gustavo Negro. **A Teoria da Hierarquia das Necessidade**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/producao-academica/a-teoria-da-hierarquia-das-necessidades/5266/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

VERRI, Sabela Verri *et al.* **A Invisibilidade Social**. Disponível em: <<https://frontierfloating.wordpress.com/page/15/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

VIEIRA, Cristiano Soares. **Aula 5 hierarquia das necessidades**. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/cristianoid/aula-5-hierarquia-das-necessidades>>. Acesso em: 15 out. 2016.

YOUTUBE. **Geografia - urbanização brasileira**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=exvo_aw6yz0>. Acesso em: 26 ago. 2016.